

ANNA DÉBORA FRITZEN MARCANTE

**O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR**

TOLEDO

2007

ANNA DÉBORA FRITZEN MARCANTE

**O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Profa. Ms^a Esther Luíza L.
Hein**

**TOLEDO
2007**

ANNA DÉBORA FRITZEN MARCANTE

**O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.**

Orientadora: Profa: Ms^a Esther Luíza L.
Hein

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Ms^a Vera Lucia Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms^a Marize Rauber Engelbrecht
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Índia Nara Smaha
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 21 de Novembro de 2007.

Ao meu amor
Giovan, que comigo
sofreu e lutou para
que este sonho se
realizasse. Te amo!

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar forças nas horas difíceis e por estar comigo em todos os momentos, sejam eles de alegrias ou tristezas.

Aos meus pais, reflexos de meu existir, companheiros e amigos com os quais pude contar em todos os momentos de minha vida. Amo vocês!

As minhas amigas Olga, Paty, Leoni, Néia, que comigo lutaram para concretizar este sonho.

A equipe do CRAS, Josi, Poli, Érica e Cido, pela troca de experiências.

A Jane e Rosa, exemplos de profissionalismo e dedicação. Devo muito a vocês.

A professora Esther, por suas orientações indispensáveis, no compartilhamento do conhecimento, pela dedicação e incentivo. E juntamente com ela todos os demais professores que contribuíram para minha formação profissional.

Obrigada a Todos!

**Muda quando a gente muda
O mundo muda com a gente
A gente muda o mundo
Com a mudança da mente
Quando a gente muda
A gente anda pra frente
Quando a gente manda
Ninguém manda na gente
Com a mudança de atitude
Não há mal que não se mude
Nem doença sem cura
Com a mudança de postura
A gente fica mais seguro
Com a mudança do presente
A gente molda o futuro.**

(Gabriel O Pensador)

MARCANTE, Anna Débora F. **O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* - Toledo, 2007.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC tem como tema o cotidiano dos usuários do Programa Bolsa Família no município de Toledo-Pr. O objeto de estudo expresso neste tema surgiu a partir da inserção no campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Toledo. A gestão do Programa Bolsa Família é realizada no contexto da política de assistência social por este órgão gestor municipal. O Programa Bolsa Família é um programa do Governo Federal, implantado no ano de 2004, tendo como meta o combate à fome e a pobreza no Brasil, transferindo um benefício que varia de 18 reais a 112 reais, dependendo da renda e do número de crianças de cada família. Com esta experiência de estágio surgiu o seguinte questionamento: Em que medida o Programa Bolsa Família altera o cotidiano das famílias beneficiárias? Neste sentido definiu-se como objetivo geral: analisar as alterações ocorridas no cotidiano das famílias beneficiárias. Como objetivo específico: identificar as alterações ocorridas no cotidiano das famílias após inseridas no Programa. Utilizou-se da abordagem qualitativa com suporte na pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referências os autores: Agnes Heller, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek e Maria Ozanira Silva e Silva. Com o suporte da literatura e com base em documentos de registro das atividades do Programa e legislações, buscou-se realizar com rigor a coleta de informações para melhor conhecer o cotidiano das famílias. Também procurou-se nos relatos orais dos usuários do Programa, a possibilidade de trilhar um caminho visando compreender o cotidiano do usuário antes de receber o benefício, atualmente recebendo e saber como projetam seu futuro, "dando voz" aos usuários. Sabe-se que este tema é muito abordado em diferentes focos, porém, é de total consciência que ainda há muito a ser investigado, portando não acaba aqui esta discussão, serve de proposta a outros pesquisadores que se interessem pelo assunto.

Palavras chave: Cotidiano, Programa Bolsa Família, Assistência Social.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Tipo de Localidade	41
GRÁFICO 2 – Situação do Domicílio	42
GRÁFICO 3 – Situação Mercado de Trabalho	43
GRÁFICO 4 – Tipo de Deficiência	44
GRÁFICO 5 – Destino do Lixo.....	44
GRÁFICO 6 – Tipo de Abastecimento	45
GRÁFICO 7 – Tratamento de Água	46
GRÁFICO 8 – Escoamento Sanitário	47

LISTA DE SIGLAS

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NIS	Número de Identificação Social
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico
SAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - ASPECTOS DO COTIDIANO: A QUESTÃO DO TRABALHO E A ALIENAÇÃO	14
1.1 - COTIDIANO: CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS	14
1.2 - TRABALHO E ALIENAÇÃO	17
1.3 - A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA.....	19
2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRANSFERÊNCIA DE RENDA	22
2.1 - ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	22
2.1.1 - A Política de Assistência Social na Contemporaneidade.....	27
2.2 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL....	28
2.3 - OS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
3 - O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.....	37
3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.....	37
3.2 - APRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.....	39
3.3 - ANÁLISE DO COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.....	48
3.3.1 – A experiência de vida antes do Programa Bolsa Família	48
3.3.2- A atualidade com o acesso ao Programa Bolsa Família.....	53
3.3.3 – As perspectivas do futuro	58
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXO 1	68
Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 – Cria o Programa Bolsa Família	68

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), constitui-se como exigência do processo de formação profissional, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, com dimensão investigativa, fruto da prática do estágio supervisionado¹, expressando a oportunidade da unidade entre investigação e intervenção profissional. O TCC é o primeiro contato sistemático com a pesquisa, com a investigação. A pesquisa é parte das atribuições profissionais do assistente social, explicitado no art. 5º, Inciso I, da Lei que Regulamenta a Profissão do Assistente Social, onde estabelece que: “Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social”.

Nesta experiência de estágio a oportunidade de conhecer o tema relacionado a esta pesquisa, possibilitou a definição do objeto a ser tratado, neste caso, o cotidiano dos usuários do Programa Bolsa Família no município de Toledo-Pr.

No decorrer deste processo, através da observação, do atendimento às famílias usuárias do Programa Bolsa Família, surgiu o seguinte questionamento: Em que medida o Programa Bolsa Família altera o cotidiano das famílias beneficiárias? Neste sentido, definiu-se como objetivo geral, analisar as alterações ocorridas no cotidiano das famílias beneficiárias. Como objetivo específico, elegeu-se identificar as alterações ocorridas no cotidiano das famílias após inserção no Programa.

A partir da problemática levantada e dos objetivos elencados, percebemos que se faz necessário a compreensão de como se dá a Política Social no âmbito da assistência, visto que é um grande desafio consolidar uma Política Social que combata² os fatores mais agudos que produzem e reproduzem a pobreza e que satisfaçam as necessidades básicas dos indivíduos nas diversas etapas de sua vida. Uma das medidas, adotadas ao combate à pobreza hoje, é a implantação do Programa Bolsa Família, que é um Programa de Transferência de Renda do Governo Federal, iniciado em 2003, que tem como meta combater a pobreza e a desigualdade social. Este Programa vem atendendo cerca de 3.905 (três mil novecentos e cinco) famílias no município de Toledo, tendo por objetivo complementar a renda familiar, possibilitando o acesso das famílias mais pobres à alimentação, educação e saúde, favorecendo a permanência das crianças na escola e combatendo a evasão escolar por motivo de trabalho infantil.

¹“Estágio Supervisionado é uma atividade curricular que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional durante o processo de formação profissional, concomitante do ano letivo, a partir da terceira série do curso”. (Projeto Político Pedagógico-PPP, 2004, p. 32).

²A bibliografia atual demonstra que abdicou-se da ênfase existente na “erradicação da pobreza”. Os documentos apontam para o tema “combate a pobreza”, demarcando a tendência neoliberal no conjunto das “políticas sociais”.

Como pesquisa, este trabalho volta-se para um território a ser mais explorado pelo Serviço Social, a coleta de depoimentos orais dos usuários da política de assistência social, na busca de compreender seu cotidiano, como este se apresenta, como foi e de que forma ele é projetado na mente destes sujeitos, observando como, e se o Programa Bolsa Família altera este cotidiano. Ao recorrer a depoimentos, procurou-se “atingir a coletividade que seu informante faz parte[...] Mesmo que o cientista social registre somente a história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que ela é parte, busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo”. (QUEIROZ, *apud* YAZBEK, 1996, p. 24).

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, onde “preocupamo-nos menos com a generalização, e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de representação”, seu critério não é numérico, e uma amostra ideal é aquela que é “capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões”. (MINAYO, 1994, p. 102).

Para realizar a coleta dos dados, usou-se pesquisa documental, em Leis diversas, em banco de dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Toledo. Foi realizada uma interpretação dos dados que constam no Cadastro Único, onde estão presentes os dados das famílias inscritas no Programa no município de Toledo, com finalidade de conhecer a situação que se encontram essas famílias num contexto de pós-inserção no Programa Bolsa Família, além de verificar se houve modificação na sua situação sócio-econômica, analisando sob a ótica da teoria social crítica respaldada no método histórico-dialético.

Esta pesquisa teve como técnica a entrevista com depoimentos orais, que é um “método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade”. Uma vez que “na história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social”. (FERREIRA, 1994, p. 9).

Como instrumento de apoio, a pesquisa utilizou-se de um roteiro para facilitar o diálogo e dar orientação a entrevista. Para cada entrevista³ foi utilizado gravador, possibilitando melhor apreensão dos depoimentos, e garantir fidedignidade na transcrição das falas destes sujeitos.

O universo desta pesquisa é de aproximadamente 3.905 famílias que estão recebendo o benefício do Programa Bolsa Família na Secretaria Municipal de Assistência Social de Toledo, sendo que para isso, definiu-se uma amostra com famílias, previamente

³As entrevistas ocorreram nos meses de maio e junho de 2007.

selecionadas. Os critérios utilizados para seleção destas famílias foram: famílias residentes na região da Vila Pioneiro, onde há atualmente cerca de 300 famílias beneficiárias e que está localizado o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, local atual de realização do estágio supervisionado em Serviço Social II; que recebem um benefício de 112 (cento e doze) reais mensais e famílias que estão no Programa a mais de 3 (três) anos, ou seja, logo que foi iniciado o Programa Bolsa Família. Depois de estabelecidos estes critérios, a escolha passou a ser intencional, levando em conta a acessibilidade para a pesquisadora e disponibilidade dos entrevistados, chegando-se ao número de 3 (três) famílias. Na abordagem quantitativa, das informações disponíveis do Cadastro Único, buscou-se identificar aspectos referentes às condições de vida do universo dos usuários do Programa Bolsa Família em Toledo.

O contato inicial com os sujeitos desta pesquisa deu-se em suas residências, apresentando-lhes o tema da pesquisa para obter sua colaboração para que pudesse adentrar no universo de suas representações e de suas vivências. Após este contato inicial foram marcadas as entrevistas, uma com cada família, para que a pesquisadora pudesse analisar profundamente cada depoimento.

Tornou-se preciso, explicitar alguns referenciais de apoio, para melhor compreensão do significado dos atos e situações cotidianas apresentadas e vivenciadas pelos usuários dos serviços assistenciais. Nesta primeira parte recorreu-se ao estudo dos fundamentos teóricos, aspectos básicos e características gerais apontadas pelos autores. Assim foi composto o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, abordou-se sobre aspectos gerais da Política de Assistência Social no Brasil, seu percurso até os dias atuais com o novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Além disso, discorreu-se sobre o Programa Bolsa Família, sua trajetória de unificação. Bem como, sobre os usuários das políticas sócio-assistenciais e serviços sociais, enfocando sua condição de pobreza e exclusão, que é segundo Yazbek (1996), uma forma de atribuição uma experiência que se implica na trama das relações sociais que definem o capitalismo no Brasil.

No terceiro capítulo, trabalhou-se brevemente sobre o município de Toledo além do percurso percorrido pela Secretaria Municipal de Assistencial Social, apresentou-se o perfil de todos os usuários do Programa Bolsa Família com base no Cadastro Único, destacando alguns indicadores, assim como, a representação do cotidiano vivenciado por 3 (três) beneficiárias do Programa Bolsa Família. Trabalhou-se para conhecer o modo como elas estruturam seu cotidiano, desde sua infância aos dias atuais, para identificar as alterações ocorridas após inseridas no Programa, e finalmente, o que projetam ou idealizam para o futuro.

Por fim, as considerações finais, nas quais foram discutidas observações referentes ao resultado da pesquisa, pontuou-se os referenciais teóricos para elencar pontos de discussão que puderam contribuir para o aprendizado e aprofundamento do presente objeto de estudo.

1 - ASPECTOS DO COTIDIANO: A QUESTÃO DO TRABALHO E A ALIENAÇÃO

1.1 - COTIDIANO: CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Para iniciar-se tal discussão, é necessário salientar que tomaremos por base alguns dos autores que irão conceituar o “Cotidiano”, elemento este fundamental para a referida pesquisa, e estão entre eles: Agnes Heller, José Paulo Netto, Maria do Carmo Falcão, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Silva Barroco, Elisabete Borgianni.

Para Lukács, segundo Netto (1987) a vida cotidiana é insuprimível, ou seja, não há como eliminá-la, não há homem sem vida cotidiana. Cada sociedade possui uma estrutura de vida cotidiana, com ritmos, regularidades e comportamentos diferenciados, características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano.

Ainda para este autor existem determinações fundamentais da cotidianidade, ou melhor, características da vida cotidiana, as quais podemos citar: a Heterogeneidade, a Imediaticidade e a Superficialidade Extensiva⁴.

Conforme Falcão (1987), a vida cotidiana é a vida de todos os homens todos os dias. É a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras, é um espaço privado de cada um, são os sonhos, as ilusões, é um espaço de resistência e possibilidade transformadora.

Vida cotidiana seria para esta autora, um gesto mecânico, são gestos ritos e ritmos, de todos os dias, como, por exemplo, levantar nas horas certas, fumar cigarro, assistir televisão, tomar café da manhã, almoçar, jantar, ler jornal, ir ao trabalho, para a escola, praticar um esporte, entre outras atividades que dirigem a consciência de modo mecânico e automatizado. Pois, “[...] não existe vida humana sem o cotidiano e a cotidianidade. O cotidiano está presente em todas as esferas da vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer, etc[...].” (FALCÃO, 1987, p.23).

Para Heller (1989, p. 17) “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico”. Pois é na vida cotidiana que colocamos todos os nossos sentidos, nossas capacidades intelectuais, nossos sentimentos, paixões, ideais; é a vida do homem inteiro⁵ que participa na cotidianidade com sua intelectualidade e personalidade.

⁴ A primeira refere-se a heterogeneidade que seria: “[...] intercessão das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social [...] um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza composta”; a segunda diz respeito a imediaticidade que é a “[...] relação direta entre pensamento e ação”; e a terceira que é a Superficialidade Extensiva onde “[...] a vida cotidiana mobiliza em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força”. (NETTO, 1987, p.66-67).

⁵ “Homem inteiro” é uma expressão de Lukács, - é aquele que tem mobilizadas segundo Agnes Heller “todas as suas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial” . E ainda, como exemplifica Borgianni, “Ele se preocupa e tem que dar respostas a questões tão diversas como: o carro que

É pela vida cotidiana, segundo Borgianni (1997, p.44) que se passa a história; a história é substância que dá forma, densidade, conteúdo à vida cotidiana. “É no espaço da cotidianidade que a história transita e se substancia”. E ainda, o cotidiano, é muito mais que a reiteração de atos, do que a rotina e a mesmice, “[...] é a reprodução, na vida dos indivíduos, daquelas relações sociais que constituem a estrutura da vida em cada sociedade”.

A espontaneidade é característica dominante da vida cotidiana, segundo Heller (1989). Quer dizer que os indivíduos respondem a situações de seu cotidiano, muitas vezes sem questionar a natureza de sua representação mental, o esperado ou desejado, são resultados eficazes, “[...] o que conta não é a reprodução veraz que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si [...]” Netto (1987, p. 68). Ou seja, o indivíduo responde a determinadas ações de modo imediato, não reflete sobre os meios para atingir o objetivo, mas age espontaneamente para atingir o fim.

Pois se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades cotidianas indispensáveis; e, tornar-se-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana. (HELLER *apud* BORGIANNI, 1997, p.45).

Um exemplo simples: quando alguém entra em uma sala escura, a sua primeira ação/reação e como cita Borgianni (1997) “automática e espontânea” seria localizar o interruptor de luz e acioná-lo. No cotidiano ninguém se põe a pensar sobre o fenômeno da eletricidade, o caminho de sua descoberta e os fenômenos que esta nos traz, os indivíduos que estão envolvidos no processo de transformação da energia liberada pela força da água em energia elétrica, as populações ribeirinhas que são destituídas e desapropriadas de suas terras em função da construção de barragens, enfim, todos os determinantes que envolvem a eletricidade. O que se realiza é simplesmente apertar o botão e acender a luz para clarear o ambiente.

Uma característica presente no pensamento cotidiano, segundo a autora supra citada, são os juízos provisórios⁶. O indivíduo em seu dia-a-dia desempenha tarefas que não lhe exigem mais do que certos juízos provisórios, então ele experimenta uma, duas, três vezes uma solução para um problema qualquer e, se der certo o resultado para seus objetivos imediatos, ele tende a generalizar, ou seja, adquire este “método” para suas outras experiências. Essa tendência de raciocinar por analogias, por semelhança, também nasce

sofreu uma avaria, o desempenho dos filhos na escola, a compra do mês no supermercado, a pesquisa que a empresa ou a universidade nas quais trabalha quer desenvolver etc[...]”. (BORGIANNI, 1997, p.47).

⁶ “Os juízos ultrageneralizadores são, todos eles, juízos provisórios que a prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, fomos capazes de atuar e de nos orientar”. (HELLER, 1989, p. 34).

na vida cotidiana, então “[...] antes mesmo de acontecer algo, antes de verificar-se em profundidade as causalidades e legalidades de uma dada situação ou atitude, já se antecipa uma reação, um resultado.” (BORGIANNI, 1997, p.50). Ou seja, são os “saberes” presentes na vida cotidiana.

No âmbito da cotidianidade, os valores morais⁷ tendem a ser interiorizados acriticamente, isso pois a constante repetição de costumes tornam-se hábitos, e esta assimilação espontânea não significa necessariamente uma adesão consciente. Estas normas no nível da cotidianidade acabam sendo aceitas interiormente, defendidas pelos indivíduos sem que, no entanto, “[...] possamos afirmar que esta aceitação tenha ocorrido de maneira livre, porque a escolha livre pressupõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico”. (BARROCO, 2003, p.45).

A vida cotidiana é em si um espaço modelado, tanto pelo sistema capitalista, quanto pelo Estado, para transformar o homem em ‘robô’, “[...] um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão”. (FALCÃO, 1987, p. 19). Este sistema usa de técnicas publicitárias sofisticadas, introduzem na vida cotidiana um fabuloso progresso das máquinas, demonstrando a capacidades destas de transformar radicalmente a vida cotidiana destes indivíduos, sejam eles ricos ou pobres. Essa prática se dá através e principalmente pelos meios de comunicação. Utensílios tais como: televisão, aparelhos de som, microondas, DVDs, computadores, máquinas fotográficas, celulares, automóveis, apresentados como uma sedução permanente ao prático, mágico e ilusório. Além disso, uma atração também apontada pela referida autora supra citada, é a sedução dos meios publicitários, como o crédito facilitado, as formas de pagamento, as promoções, enfim, tudo para ampliar o grau de consumo do indivíduo.

Para Netto (1987), o sistema capitalista invade e ocupa todos os espaços da existência individual, e o indivíduo não mais exerce sua autonomia, seu poder de decisão, pois seu cotidiano torna-se administrado, modela-se a organização inteira da sociedade, introduzindo sua lógica implacável, de opressão, exploração, dominação, enfim, controlando a vida humana.

⁷A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade, e esta (a moral) vem responder às necessidades práticas de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social. (BARROCO, 2003).

1.2 - TRABALHO E ALIENAÇÃO

Conforme Barroco (2003, p. 60), uma das capacidades essenciais do ser social é a liberdade, e esta pressupõe uma objetivação concreta, ou seja, “[...] determinadas condições objetivas para se realizar como projeto e produto real”, e o trabalho assim como a práxis são, portanto, a base ontológica das possibilidades de liberdade. Além disso, para que o trabalho se efetive como atividade livre, é preciso que ele se realize como atividade criadora, necessariamente que seja consciente, que possibilite a ampliação das forças essenciais do ser social, e que este trabalho não seja apenas um meio de sobrevivência, nem de exploração do homem sobre o homem, pois o trabalho de forma criativa, consciente e livre torna possível que o sujeito seja livre para usufruir da riqueza humana.

Segundo a mesma autora, é na vida cotidiana que o homem se socializa, ou seja, se vincula à sociedade e nela responde suas necessidades práticas imediatas, compreende hábitos, costumes e normas de comportamento.

Para Marx, segundo Barroco (2003), o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social, ou seja, podemos dizer que é no e pelo trabalho, o ponto de partida da humanização do homem, e é esta esfera que diferencia o homem dos demais animais. Através disso, a categoria mediação se faz presente, porém não de forma dada, mas sim conquistada.

O trabalho é parte significativa da vida cotidiana, pois para Heller segundo Barroco, “são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada[...]”.(HELLER *apud* BARROCO, 2003, p.41).

O trabalho é obra não de um único indivíduo, mas como refere-se a autora supra citada, uma cooperação entre homens, onde só é objetivado socialmente, e com o pressuposto de responder a necessidades sócio-históricas, produzindo formas de sociabilidade como a linguagem, costumes e cultura. A autoconsciência ou ato de determinação é a capacidade que o homem objetiva pelo trabalho. Esta autodeterminação é condição essencial que liberta o indivíduo à autonomia, ou seja, a possibilidade de escolha entre alternativas. Porém, no contexto da sociedade capitalista, o trabalho se posta de modo a negar potencialidades emancipatórias dos indivíduos, de forma que estes passam a não mais se reconhecer como sujeitos, não se vendo no trabalho por ele realizado, tornando-os alienados⁸.

⁸“O termo alienação vem do latim, ‘*alienatione*’, significando ‘ato ou efeito de alienar(-se)’. (FERREIRA *apud* MARTINELLI, 1997, p. 62). “Considerado hoje um dos conceitos centrais do marxismo, foi desenvolvido por Marx como ‘conceito metafísico, portanto revolucionário’ significando ‘um fenômeno histórico geral, próprio da sociedade marcada pela presença de propriedade privada e/ou de uma intensa divisão de trabalho, e que se

Na alienação, cria-se uma cisão, ou divergência entre sujeito e objeto, uma relação de “estranhamento”, “[...] que permite a (re) produção de relações sociais nos quais a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a construíram”.(BARROCO, 2003, p.34). Ou seja, o trabalhador é alienado⁹ da totalidade do processo de trabalho, sua participação é fragmentada e ele não se apropria do produto de seu trabalho. E ainda, o seu salário apenas lhe permite sobreviver fisicamente para reiniciar o processo, para o manter vivo.

A alienação está presente na esfera do trabalho, ao retratar este elemento, é impossível deixar de remeter, ao modo de produção contraditório hoje presente em nossa sociedade que resulta a alienação: o sistema capitalista que é:

[...]uma ordem social que progride pelo desenvolvimento das contradições a ela iminentes [...] atinge a liberdade pela exploração, a riqueza pela pobreza, o crescimento da produção pela restrição do consumo [...] o mais alto desenvolvimento das forças produtivas coincide com a opressão e a miséria totais. (MARCUSE *apud* BARROCO, 2003, p. 36).

No sistema capitalista, para Barroco (2003), o trabalho se realiza de modo a negar as potencialidade emancipatórias do homem¹⁰, inverte seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social, e conseqüentemente propicia que os indivíduos que realizam o trabalho não se identifiquem/reconheçam nele, como sujeitos.

Além disso, conforme Falcão (1987), a alienação contamina e sufoca a vida cotidiana, assim como, o trabalho deixa de ser uma atividade prazerosa e torna-se apenas um meio de subsistência, quando feito de forma alienada, perdendo assim seu valor, sendo unicamente um instrumento de opressão. O emprego na modernidade está muito escasso, e os que estão empregados passam a ser encarados como privilegiados e os desempregados como marginais. Assimilando esta argumentação podemos perceber que:

Com o processo, as relações sociais de dominação se aperfeiçoaram e se refinaram ao ponto de o próprio cidadão não perceber que deixou de ser

expressa no fato de os indivíduos não conseguirem se reconhecer ou se apropriar dos objetos ou das relações que eles mesmos criam, enquanto partes constitutivas do ser social”. (NETTO *apud* MARTINELLI 1997, p. 62)

⁹“O trabalhador é alienado da totalidade do processo de trabalho, ou seja, da propriedade dos meios de trabalho, do controle sobre o processo de trabalho e de seu produto final. Como trabalhador assalariado, ele só dispõe de força de trabalho, entrando no processo em condições desiguais; durante o processo, sua participação é fragmentada, pois ele não tem controle sobre a totalidade do mesmo; utiliza suas capacidades de forma limitada e não se apropria do produto de seu trabalho. Sai do processo tendo criado a mais valia-, que excede o valor de seu salário e é apropriado pelo capital, e um produto que não lhe pertence e com o qual ele não se identifica; seu salário lhe permite apenas sobreviver fisicamente para reiniciar o processo.” (BARROCO, 2003, p.34).

¹⁰“O operário se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto estranho [...] quanto mais o operário se esmera tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, estranho, que ele cria perante si próprio, tanto mais pobre ele próprio, o seu mundo exterior, se tornam, tanto menos lhe pertence de seu [...] o operário põe sua vida no objeto; porém ela já não lhe pertence, mas ao objeto [...] o desapossamento do operário no seu produto tem o significado, não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas também de que ele existe fora dele independente e estranho a ele e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida que ele mesmo emprestou ao objeto, o enfrenta de modo estranho e hostil”. (MARX *apud* BARROCO, 2003, p. 34)

cidadão: ele é apenas usuário servil dos serviços e benefícios do Estado[...].
(FALCÃO, 1987, p.46).

Conforme Agnes Heller (1989, p.38-39) “a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada”. Desta forma, mesmo que a vida cotidiana seja propícia à esfera da alienação, isso não quer dizer, que ela seja ontologicamente alienada, pois “[...] a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais”. Como por exemplo, na esfera do trabalho, onde o homem durante este processo não tem controle da totalidade do mesmo, utiliza sua capacidade de forma limitada, fragmentada e no final do processo ele não se reconhece e não se identifica no produto por ele realizado.

No entanto, como cita Barroco (2003), há atividades propiciadoras da conexão dos indivíduos com o gênero-humano dentre elas podemos citar as capacidades como: a criatividade, escolha consciente, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, suspensão dos preconceitos e a participação cívica e política. Há, portanto, a possibilidade de consciência deste processo no cotidiano, ou seja, a crítica da vida cotidiana, a qual veremos a seguir.

1.3 - A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA

São raras as pessoas que não se deixam “intoxicar por este cotidiano”, baseados nas relações mercantis, poucos são os que rompem ou suspendem, “[...] concentrando todas suas forças em atividades que as elevem deste mesmo cotidiano e lhes permitam a sensação e a consciência do ser total, em plena relação com a humanidade de seu tempo”. (FALCÃO, 1987, p.23).

Conforme Heller (1989), a elevação ao humano genérico¹¹, ou seja, a passagem do “homem inteiro” para o “inteiramente homem”, não implica a suspensão da vida cotidiana, mas a ampliação das possibilidades de objetivações do humano-genérico, e ainda a criação de condições favorecedoras da elevação acima da cotidianidade, para o conjunto dos indivíduos sociais, supõem o ideal que seria a eliminação da alienação e não da vida cotidiana.

¹¹ “[...] o acesso à consciência humano-genérica [...] só se dá quando o indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga não todas as suas forças, mas toda a sua força, numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata); trata-se, então, de uma mobilização anímica que suspende a heterogeneidade da vida cotidiana – que homogeneiza todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. Nesta suspensão (da heterogeneidade) da cotidianidade, o indivíduo se instaura como particularidade, espaço de mediação entre o singular e o universal, e comporta-se como inteiramente homem”. (NETTO *apud* BORGIANNI 1997, p. 49).

Nota-se ainda, a partir da leitura da referida autora, que na vida cotidiana o indivíduo expressa motivações heterogêneas, efêmeras carregadas de espontaneísmo e repetição acrítica, não fazendo parte do cotidiano a profundidade, ou seja, a intensidade necessária às atividades em que o homem entra em contato com suas capacidades essenciais como a capacidade de transformar, criar, escolher... por isso, a práxis não está presente na atividade cotidiana. Assim, “[...] a atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível de práxis quando é atividade humano genérica consciente”. (HELLER, 1989, p. 32). Sendo assim, como aponta Barroco (2003), as atividades que permitem uma ampliação da relação consciente do indivíduo são: o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a política e a ética. E isto só é possível, como esta mesma autora diz, porque a alienação não é absoluta, mas coexiste com as formas de vida não alienada.

Conforme Borgianni (1997), a arte e a ciência são formas de objetivação do ser que nascem das necessidades postas no cotidiano, porém, estas só são possíveis enquanto tais porque aquele que as constitui eleva-se, ou seja, “suspende-se” deste cotidiano. E é por isso que a arte e a ciência exigem do artista e cientista, como denomina esta autora uma certa “descotidianização”, que pressupõe uma superação ou elevação do horizonte cotidiano, do superficial e imediato, pois desta forma almeja-se refletir uma realidade¹² que esteja obscura pelo cotidiano. E mais além: “Este comportamento que permite a suspensão da vida cotidiana permite também a produção de conhecimentos que, sob forma de tecnologia, obras, símbolos, artefatos, retornam a vida cotidiana e transformam-na”. (BORGIANNI, 1997, p. 65).

Para a referida autora, embora não seja possível elevar-se ao humano genérico, não seja possível ser “inteiramente homem” o tempo todo, as experiências vividas nas suspensões do cotidiano, têm o poder de modificar, alterar a percepção da vida cotidiana daquele que sofreu a suspensão. E neste sentido, as experiências de suspensão “[...] não cancelam a alienação, mas qualificam aquele que a viveu para percebê-la e combatê-la”. (NETTO *apud* BORGIANNI, 1997, p. 66).

Percebe-se que o modo de produção capitalista modela a organização inteira da sociedade microscópica, impondo os ritmos, introduzindo sua lógica implacável, administrando o cotidiano, nos poros da vida do indivíduo, até onde este “podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis”. (NETTO, 1987, p. 87).

Portanto, para este mesmo autor, para que esta cotidianidade não seja controlada, ou administrada, é preciso fazer à crítica da vida cotidiana, que não é eliminá-la

¹²“A necessidade de conhecer a realidade de um modo que se eleve acima do nível da cotidianidade é uma necessidade que nasce das exigências da própria vida cotidiana [...]”. (Luckás *apud* Borgianni, 1997, p.70).

pois esta é insuprimível, mais sim, refleti-la, analisá-la, contestá-la, suspendê-la, não aceitar tudo que é imposto passivamente, para poder libertar-se da esfera da alienação.

Ainda para Netto (1987, p. 70), as “suspensões da cotidianidade” possibilitam aos indivíduos assumirem-se como humano-genéricos (mesmo que não seja o tempo todo como dito acima), estabelecendo um círculo, um retorno à cotidianidade e ao efetuar este retorno o indivíduo enquanto tal comporta-se cotidianamente com mais eficácia, e ao mesmo tempo, perceber o cotidiano de modo diferente, como um espaço compulsório de humanização, que como mesmo cita o autor “de enriquecimento e ampliação do ser social”.

Pode-se perceber portanto, que está contida aqui nitidamente uma dialética de tensões, o retorno da cotidianidade após uma suspensão, supõe então a alternativa de um indivíduo mais refinado, educado, e isso por que alcançou a consciência humano-genérica, permitindo que este indivíduo regresse ao cotidiano modificado. Assim, “esta dialética de cotidianidade/suspensão é a dialética da processualidade da constituição e do desenvolvimento do ser social”. (NETTO, 1987, p.70).

Para este estudo específico, buscou-se conhecer quem são os usuários da política de assistência social. O próximo capítulo abordará esta particularidade na realidade brasileira.

2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRANSFERÊNCIA DE RENDA

2.1 - ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988, resultado da conquista dos movimentos sociais da década de 1980, demarcou a construção da política de assistência social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão. A assistência social passou a fazer parte do tripé das políticas sociais que compõe a Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. A sua regulamentação se deu através da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, aprovada em 1993, onde estabelece as diretrizes do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social, que atende aos segmentos populacionais mais vulnerabilizados socialmente: crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e famílias com baixa renda.

A elaboração da LOAS¹³, segundo Raicheles (1998), foi produto da mobilização de segmentos sociais, que se organizaram com o objetivo de fortalecer a concepção de assistência “como função governamental e como política pública”. Esta lei vem regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal¹⁴, onde trata os seguintes aspectos, entre eles: dos objetivos da assistência social; do perfil dos beneficiários e dos benefícios assistenciais; da prestação de serviços correspondentes; das fontes de financiamento; das diretrizes para a organização das ações governamentais; descentralização político-administrativa, e por fim, a participação das organizações populares na formulação de políticas e no controle social das ações.

No entanto, ainda segundo a autora acima, apesar dos inegáveis avanços políticos tidos no Brasil neste período, decorrente como já citado dos movimentos sociais, assim como, do fortalecimento dos sindicatos e demandas populares, tem-se uma contra-face dramática, pois estes avanços foram acompanhados pelo agravamento da “questão social”¹⁵, resultado da deterioração crescente das condições de vida e de trabalho da maioria da população trabalhadora.

Em tal contexto no Brasil, aproximadamente década de 1980 e 1990, vem à tona, segundo Raicheles (1998) “medidas de ajuste estrutural”, do ideário neoliberal, iniciada

¹³Conforme Raicheles (1998), a LOAS demorou cinco anos para ser sancionada, após ter sofrido veto integral do presidente Collor de Melo em 1990 e ser finalmente homologada com alguns cortes pelo presidente Itamar Franco em 1993.

¹⁴“A assistência social, assim como muitos dispositivos constitucionais, não é direito auto-aplicável, e por isso, necessita de uma lei complementar para sua regulamentação”.(RAICHELES, 1998, p. 121).

¹⁵ Conforme Cerqueira Filho (1982, p.21) “Por ‘questão social’ no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe trabalhadora impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito Capital e o Trabalho”.

pelo governo Collor, transpassando pelo governo de Itamar Franco, e desenvolvido no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com propostas centrais em três eixos: estabilização, ajuste estrutural e privatização¹⁶.

Conforme Sitcovsky (2006), cotidianamente a população vem sofrendo com a baixa qualidade dos serviços prestados, resultado da política de corte nos recursos, especialmente para a área social, medidas estas advindas do receituário neoliberal, preconizadas pelo Consenso de Washington¹⁷.

Para o mesmo autor, tais medidas acabaram agravando as desigualdades sociais, aumentando a pobreza; propostas como a flexibilização do trabalho e desregulamentação do Estado (alternativas segundo o projeto neoliberal de enfrentamento à crise econômica e social), resultou na verdade, num aprofundamento das diferentes formas de precarização do trabalho, além de crescimento do desemprego, conseqüentemente ampliação do mercado informal.

Com isso, as repercussões são profundas no campo das políticas sociais, que com a redução de recursos,

[...] presencia-se o deslocamento das políticas sociais e o reforço das políticas compensatórias, voltadas para os segmentos mais empobrecidos e vulneráveis da sociedade, no sentido de amenizar o impacto negativo das políticas de ajuste econômico nessas camadas". (RAICHELES, 1998, p. 78).

Isso não significa que há uma ausência de sistema de proteção social no Brasil, já que como refere-se Raicheles (1998), desde a década de 1920, há um conjunto de instituições estatais de proteção social, como resposta às necessidades internas do desenvolvimento capitalista. Porém, ressalta a referida autora, que desde a sua gênese, o sistema de proteção social brasileiro apresenta traços como: enquadramento seletivo das demandas sociais, uma atuação voltada para intervenção mais focalizada no atendimento aos mais pobres, onde cabe o Estado o papel de regulação e prevenção dos conflitos entre Capital e Trabalho.

Conforme Yazbek (1996), a Política Social no Brasil tradicionalmente tem funcionado ambigualmente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, onde as políticas sociais no contexto das prioridades governamentais vêm

¹⁶Segundo Raicheles (1998): Estabilização seriam medidas para baixar a inflação no curto prazo, reduzir o déficit da balança de pagamentos e equilibrar o orçamento público, Ajuste estrutural: são medidas voltadas para aumentar a competitividade da economia mediante abertura comercial, desregulamentação de preços, reforma tributária, Privatização: Reforma do Estado e transferência de empresas e serviços públicos para grupos privados.

¹⁷"Consenso de Washington é a denominação dada a um plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo". (RAICHELES, 1998, p. 71).

nos últimos anos sendo caracterizada por sua pouca efetividade social, além da subordinação à interesses econômicos, ou seja, privilegia-se o econômico em detrimento do social.

Ao mesmo tempo, em meados de 1980, cresce aceleradamente a dependência da população aos serviços e intervenções estatais. Em contra partida, a intervenção do Estado se revela cada vez mais inoperante, incapaz de modificar esta realidade, acentua-se cada vez mais a desigualdade social. (YAZBEK, 1996).

A autora critica as políticas sociais no Brasil, que segundo uma análise “nascem e se desenvolvem”, na perspectiva de enfrentamento da “questão social”, de forma que estas seriam “[...] políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos”. (YAZBEK, 1996, p. 37). Deste modo, servem de interesse de uma classe, que é a dominante, constituindo-se assim cada vez mais desigualdade na sociedade brasileira.

As políticas sociais brasileiras, e, nelas as de assistência social, embora aparentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização através da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condição de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social. (SPOSATI *apud* YAZBEK, 1996, p. 37-38).

Outro aspecto relevante, apontado por Yazbek (1996), é que as políticas sociais no Brasil aparecem como relações clientelistas, não há reconhecimento dos direitos dos subalternos, para agravar, espera-se lealdade daqueles que recebem os serviços assistenciais, os quais são apresentados como um “favor” ou “vantagem” daquilo que é na verdade um direito.

As políticas sociais através dos programas sociais, assumem um “compromisso” de atenuar os desequilíbrios no usufruto da riqueza social, nos possíveis conflitos de classes decorrentes das precárias condições de vida em que se encontra a classe trabalhadora (YAZBEK, 1996).

É importante também ressaltar, segundo a autora, que a incorporação das demandas históricas, sobretudo das classes mais miseráveis, que “[...] o Estado passa a produzir direta ou indiretamente serviços fundamentais necessários à sua manutenção e ao atendimento de alguns de seus direitos sociais” (YAZBEK, 1996, p.42). Assim, as políticas sociais - interesse do Estado - assumem características de controle social, de dominação, com um caráter contraditório, dando apenas respostas insuficientes e paliativas ante às demandas populares.

Segundo Raicheles (1998), a concepção de assistência social, em sua natureza de ações propostas, é estritamente limitada às camadas mais carentes da população, atribuindo-se ao mercado o papel de suprir as necessidades de reprodução social. Assim,

[...] à assistência social cabe, portanto, a atenção aos 'incapacitados' para o trabalho, que, por 'deficiências individuais', não conseguem vencer a competição dentro das regras estabelecidas pelo mercado. É dessa forma que a perspectiva neoliberal se apropria da política assistencial. (RAICHELES, 1998, p. 95).

No atual modo de produção capitalista brasileiro, observa-se que os que recorrem aos serviços sociais públicos são tanto trabalhadores que estão registrados ou não, quanto os que se encontram excluídos do sistema de produção, que buscam serviços assistenciais para sua sobrevivência. Portanto, a intervenção estatal, especificamente no âmbito da assistência, configura-se como resposta ao processo de crescente pauperização.

A assistência social, historicamente uma das estratégias ocasionadas pelo Estado para enfrentamento da "questão social", tem sido acompanhada por algumas distorções, conferindo seu perfil limitado e ambíguo, entre estes aspectos pode-se destacar segundo Yazbek (1996):

1. seu apoio, muitas vezes, na matriz do favor, clientelismo, apadrinhamento; formas já enraizadas na cultura política do país, reproduzindo a "cidadania invertida"¹⁸, assim como, relações de dependência, de aprisionamento, de subordinação, reforçando sempre a figura do "pobre beneficiário", "do desamparado", numa relação de culpabilização pela sua condição de pobreza.

2. a vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário, identificando a assistência social com o assistencialismo paternalista e benemerente do favoritismo.

3. sua conformação burocrática e inoperante, estimulando ações emergenciais e circunstanciais, que não altera a desigualdade social, negando a dimensão redistributiva que deveria orientar a intervenção estatal no âmbito da política de assistência social.

Abordada a partir de sua forma aparente como ajuda pontual e personalizada, a assistência social, segundo Yazbek (1996), apresenta-se também como modalidade paliativa e secundária no conjunto das políticas sociais brasileiras, mostrando-se a ações de benemerência, com pouca visibilidade, como um espaço marginal e compensatório de atendimento aos excluídos.

¹⁸ Conforme Raicheles *apud* Fleury (1998, p. 87), usa-se "O termo cidadania invertida para designar a condições daqueles indivíduos não incluídos no estatuto da cidadania regulada, uma vez que passam a ser beneficiários do sistema de proteção social a partir do reconhecimento de sua incapacidade para exercer, com plenitude, a condição de cidadãos. Assim, na situação de cidadania invertida, o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não-cidadão, pela ausência de relação de trabalho formalizada garantidora de direitos".

Além disso, pode-se observar que o Estado “[...] abarca iniciativas da rede solidária de entidade e movimentos da sociedade civil, direcionada ao enfrentamento de questões relativas à minimização da pobreza”. (YAZBEK, 1996, p.52). Na maioria das vezes esta articulação se dá por conta de convênios, onde o Estado aparece como agente financiador e supervisor da produção de serviços sociais das entidades, contribuindo assim, para uma visão assistencialista e “desprofissionalizada” no campo de intervenção da assistência social. Com isso,

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado.(YAZBEK, 1996, p.53).

Além disso, “A descoberta da sociedade civil na provisão de serviços assistenciais joga água no moinho dos processos de desresponsabilização do Estado e de socialização dos custos e da execução das políticas sociais[...]”.(SITCOVSKI, 2006, p. 106). Por isso é necessário conhecer os princípios que norteiam essa relação entre Estado e Sociedade civil.

A Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 define o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, com a idéia de estabelecer parcerias com as instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos. As análises que sustentam esta perspectiva tem partido, como aponta Sitcovski (2006), na maioria das vezes, das transformações ocorridas no âmbito do Estado, tais análises operam uma fratura entre o econômico, o político e o social, fratura esta que sustenta a tese da existência de um terceiro setor. É construído uma idéia de “uma nova sociedade civil, esvaziada dos interesses de classe e repleta de altruísmo e solidariedade” (SITCOVSKI, 2006, p.107).

Para o mesmo autor, os defensores da idéia de um terceiro setor afirmam a existência de outros dois setores, para tanto, a realidade social formaria uma tríade: primeiro, segundo e terceiro setores. O primeiro corresponde ao Estado, o segundo ao mercado e o terceiro setor à sociedade civil. Desta forma, divide-se a realidade em esferas autônomas, (des)historicizando a realidade social, sendo demarcados os papéis sociais, onde o político cabe ao Estado, o econômico ao mercado e o social é transferido para a sociedade civil (terceiro setor), este último, como já citado, marcado pelo altruísmo, a solidariedade e a colaboração entre as classes.

Sob o ângulo de interesses diversos, a questão da assistência apresenta-se como estratégia de dupla face, onde: o assistencial como mecanismo de estabilização das relações sociais, ótica da ação estatal; e, como uma forma concreta de acesso a recursos e serviços, um espaço de reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania; é em contrapartida, o que buscam os excluídos (YAZBEK, 1996).

Neste sentido, conforme a mesma autora, mesmo tendo presente que o assistencial não altera as questões estruturais, pelo contrário, muitas vezes as oculta, isso não significa necessariamente que se deva negá-lo ou não reconhecer sua necessidade histórica, pois,

[...] as políticas de assistência [...] buscam a responder interesses contraditórios, engendrados por diferentes instâncias da sociedade, e assim não se configuram como simples produtos dos interesses dos 'de cima', mas como espaço onde também estão presentes os interesses dos subalternos da sociedade.(YAZBEK, 1996, p. 53).

E, neste sentido, a assistência social inicia um novo campo, o qual estabelece princípios e diretrizes, com destaque para a descentralização, a democratização, a equidade e a complementariedade entre o poder público e a sociedade.

Responsável pela consagração de direitos sociais, a LOAS determina que as provisões assistenciais sejam pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, ao qual cabe a este a garantia de direitos e acesso a serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade, bem como, demarca a efetividade da concepção da política como direito social.

2.1.1 - A Política de Assistência Social na Contemporaneidade

Conforme LOAS/1993 e PNAS/2004, a política pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considera as desigualdades sócio-territoriais, visa seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Assim, cabe à Assistência Social ações de prevenção, proteção, promoção e inserção¹⁹, bem como, o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais. Essas garantias se efetivam pela construção de uma rede de proteção social básica e, de proteção social especial, ou seja, por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, na

¹⁹ Conceito de Prevenção, Proteção, Promoção e Inserção, vide PNAS/ 2004.

perspectiva de inclusão social e de atendimentos às necessidades da população usuária desta política.

É precisamente na PNAS/ 2004 que são definidas a base para o novo modelo de gestão para a política de assistência social, o SUAS, resultado de discussões da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Dezembro de 2003. Constitui-se na regulação e organização em todo território nacional do atendimento às necessidades de proteção social por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos, objetiva assegurar as determinações da LOAS.

O SUAS apresenta-se como modelo de gestão descentralizado com uma nova lógica de organização das ações sócio-assistenciais, com base e foco na atenção às famílias, contribuindo para estabelecer uma articulação na regulação do Estado em favor da consolidação dos direitos sociais e da democracia, o espaço para isso será o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

A organização e funcionamento do CRAS vai se dar através de serviços, benefícios, programas e projetos. Os serviços se constituem em: sócio-educativos geracionais; intergeracionais e com famílias; sócio-comunitário; reabilitação na comunidade, entre outros. Os benefícios são: transferência de renda (Bolsa Família e outros); BPC; benefícios eventuais-assistência em espécie ou material; entre outros.

O CRAS é uma unidade estatal que atende as famílias em situação de vulnerabilidade social, em decorrência da situação de pobreza e ausência de renda, cujo objetivo é, entre outros, promover o acompanhamento sócio-assistencial das famílias, inseri-las nos serviços, programas, projetos, benefícios sócio-assistenciais, além de contribuir para o processo de autonomia e emancipação destas.

O SUAS, vem em busca não só de garantir direitos, mas também de concretizá-los, pois a assistência social não mais pode ser vista como um campo de favor, do clientelismo e assistencialismo, mas sim como um dever do Estado e um direito do cidadão.

Desta forma, só será possível a consolidação de um Sistema Único de Assistência Social universal, se estiver pautado no acesso ao direito e na responsabilidade do Estado, e havendo rompimento com a benemerência e com a fragmentação dos serviços.

2.2 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme Silva e Silva (2004), o marco inicial no debate em torno dos Programas de Transferência de Renda, se dá no Brasil em 1991, mobilizada pela aprovação do Projeto Lei nº 80/1991, que propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), de autoria do senador Eduardo Suplicy. Essa temática designa um debate,

mesmo ainda restrito e introdutório, na agenda pública brasileira, a possibilidade de implantação de Programas de Transferência de Renda.

Segundo a mesma autora, nessas propostas, preconizava-se a transferência direta de um auxílio financeiro como forma de complementação da renda de famílias pobres. Essas famílias seriam identificadas pela fixação de um determinado corte de renda, ou seja, seriam acrescidos critérios, entre eles, em especial a existência de crianças em idade escolar na família. Têm-se então, portanto, os primeiros esforços de implantação dos denominados Programa de Renda Mínima, no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social.

A autora ainda destaca que para o Senador Eduardo Suplicy, os programas de transferência de renda são apontados como possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, ou seja, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida. Neste sentido, o autor Eduardo Suplicy toma por base importantes experiências desta natureza ao redor do mundo, em vários países da Europa²⁰.

Os programas de transferência de renda no Brasil têm orientação político-ideológicas, além de motivações diferenciais. De uma perspectiva de apoio a funcionalidade do mercado e portanto, de caráter meramente compensatórios; a uma perspectiva orientada pelo entendimento de que a riqueza socialmente produzida deve ser redistribuída aos membros da sociedade.

Nesse sentido, esses fundamentos colocam a possibilidade de duas orientações para os programas de transferência de renda, inspira o debate em torno das experiências no Brasil, conforme Silva e Silva (2004):

1. transferência de renda enquanto programas meramente compensatórios e residuais, fundamentados em premissas liberais/neoliberais; tem como objetivo garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, diminuindo os efeitos mais perversos da pobreza e desigualdade social, tem como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não haja desestímulo ao trabalho.

2. transferência de renda enquanto redistribuição de renda, orientados pelo critério da cidadania plena. Tem como objetivo alcançar a autonomia do cidadão, incluindo

²⁰ “A partir dos anos 1930, muitos países na Europa introduziram programas com a perspectiva de garantia de uma renda mínima, seja na forma de garantia de benefícios às crianças, de auxílio a famílias com crianças dependentes, de suporte de renda aos idosos, aos inválidos, aos que ganham pouco, de seguro-desemprego, de renda mínima de inserção ou de complexos sistemas de seguridade social. Paugam (1999) relata a introdução de sistemas de renda mínima garantida, todos sob condições de inserção profissional ou social, em países, como Dinamarca (1933); Reino Unido (1948); Alemanha Federal (1961); Países Baixos (1963); Bélgica (1974); Irlanda (1977); Luxemburgo (1986); França (1988); em diversas províncias da Espanha, Andaluzia, Aragon, Astúrias, Catalunha, Galícia, Múrcia, Navarra e no País Basco (1990) e em Portugal (1996)”.(SILVA e SILVA, 2004, p. 34).

todos os que necessitam do benefício, tem como premissa a garantia de uma vida digna à todos.

É, portanto, no bojo de um sistema de proteção social em reestruturação que amplia os espaços para o debate, além de experiências de implantação de programas de transferência de renda no Brasil, onde a partir de 2001 é alcançado um elevado nível de expansão, sobretudo com implantação de programas de iniciativa do Governo Federal, implantados em todos municípios brasileiros. (SILVA e SILVA, 2004).

Conforme a autora citada, a primeira experiência de programa de transferência de renda, como já citado anteriormente, do senador Eduardo Suplicy, o Programa de Garantia de Renda Mínima, foi a primeira proposta de um programa de renda mínima, que segundo o autor, fundamenta-se no artigo 3º, inciso III da Constituição Federal de 1988, onde determina: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Para tanto, Suplicy indicava a transferência de renda monetária, como mecanismo a ser atribuído para aqueles que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. A proposta do autor vem concretamente representando um estímulo para o avanço no debate para concretização desta Política no Brasil.

São vários os programas de transferência de renda implantados no Brasil, em vários Estados e municípios, entre eles destacamos em especial o Programa Bolsa Família.

A partir de 2003, no início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se a construção de uma Política de Transferência de Renda. Em seu discurso, o presidente destaca a prioridade em seu governo de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, com o Programa Fome Zero²¹, faz com que esta temática seja considerada na agenda pública brasileira, parte do pressuposto de que as Políticas Sociais são importantes mecanismos de enfrentamento à pobreza, desde que, articuladas com uma Política Econômica que considere a redistribuição de renda no país.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome²²-MDS, o Fome Zero, é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal

²¹Conforme Hein (2004), o Programa Fome Zero expressa uma política pública, que visa a erradicação da fome e da exclusão social; sendo este, uma política pois expressa a decisão do governo federal em enquadrar o problema da fome como uma questão nacional, e não como algo individual. Em seu discurso, o presidente Lula disse que, se ao final de seu mandato, cada brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias, a missão de sua vida estaria cumprida. Esse era um desafio à sociedade e estabelecia a linha mestra de um ousado projeto de nação.

²²O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome foi criado pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004. Conforme decreto Lei nº 5.209, Art. 2º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de outras atribuições que lhe forem conferidas, a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, que compreende a prática dos atos necessários à concessão e ao pagamento de benefícios, a gestão do Cadastramento Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e da oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e a fiscalização de sua execução.

estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional que busca a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Neste contexto, iniciou-se um processo de unificação²³ dos programas nacionais de transferência de renda, a partir de Julho de 2003. Programas como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação²⁴, foram unificados em um só programa: O Bolsa Família²⁵, lançado oficialmente em 20 de outubro de 2003 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O Programa Bolsa Família tem como meta combater a pobreza e desigualdade social, propiciar a inclusão social e emancipação das famílias, privilegiar os grupos populacionais classificados como “vulneráveis”²⁶.(JUNCÁ, 2007). No entendimento de seus idealizadores:

[...] uma evolução dos programas de transferência de renda, ao incluir a perspectiva da responsabilidade partilhada entre a união, Estados e municípios num único programa, representando um passo adiante importante no campo das políticas sociais.(SILVA e SILVA *apud* FONSECA, 2003, p. 136).

O objetivo declarado era simplificar o acesso aos beneficiários, com a unificação dos programas de transferência de renda.

O Programa Bolsa Família situa-se no âmbito da Política de Proteção Social Básica, que tem como objetivos conforme a PNAS: prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

O Programa Bolsa Família é considerado uma inovação no âmbito das Políticas de Transferência de Renda, já que protege o grupo familiar como um todo, além da elevação do valor monetário do beneficiário. O que se posta como grande desafio é alcançar

²³ Conforme Silva e Silva (2004), a unificação se dá pela justificativa de ampliação de recursos, elevação do valor monetário dos benefícios, além de melhor atendimento, sob o propósito mais amplo de manter um único Programa de Transferência de Renda, articulando programas nacionais, estaduais e municipais em implementação, com o propósito de instituir uma Política Nacional de Transferência de Renda.

²⁴ Os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação, propostas do governo federal, até então em vigor, tinham a lógica de promover uma transferência monetária direta àquelas famílias que apresentassem extrema insuficiência de renda. (JUNCÁ, 2007).

²⁵ Este foi regulamentado pela Lei n° 10.836, de 09 de Janeiro de 2004 e posteriormente pelo decreto n° 5.209, de 17 de Setembro de 2004.

²⁶ Conforme PNAS 2004, versão preliminar, “Por vulnerabilidade entende-se a condição ‘desfavorável’ dada. É a condição objetiva da situação de exclusão e que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que a identifica são processos sociais e condições que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural”.

a unificação não só de todos os programas federais, mais também dos programas criados por iniciativas estaduais e municipais. Porém, segundo Silva e Silva (2004, p. 141), “[...] este é um aspecto complexo e de difícil concretização, [...] por envolver uma diversidade grande de sujeitos, portanto de racionalidades e interesses diferentes, o que demanda uma negociação política, também complexa e de difícil tessitura”.

Em seu desenho atual, conforme o MDS, o público do Programa Bolsa Família é composto por famílias pobres e extremamente pobres. São consideradas famílias extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até 60 (sessenta) reais por pessoa. Já famílias pobres, são as que possuem renda mensal entre 60 (sessenta) reais e 01 (um) centavo, 120 (cento e vinte) reais por pessoa, segundo o Decreto n.º 5.749 de 11 de abril de 2006. Para que essas famílias façam parte do Programa, é preciso que os municípios as identifiquem e as cadastrem no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico)²⁷, possibilitando, assim, sua seleção para o Bolsa Família pelo Governo Federal. Depois de selecionadas, de acordo com a renda e com o número de crianças e adolescentes entre 0 e 15 (quinze) anos, as famílias em situação de pobreza passam a receber por beneficiário 18 (dezoito) reais mês no limite de até 54 (cinquenta e quatro) reais, (denominado benefício variável), e as famílias em situação de extrema pobreza, até 112 (cento e doze) reais²⁸ (denominado benefício básico, sendo que, 58 (cinquenta e oito) reais é pertencente ao Programa Fome Zero, e a família que estiver a renda compatível com o critério, será automaticamente incluída neste programa).

Conforme o MDS, para permanecer no programa, as famílias assumem condicionalidades, que são compromissos que devem ser cumpridos pela família para que possam receber o benefício. O objetivo das condicionalidades é assegurar o acesso dos beneficiários às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social. E, dessa forma, promover a melhoria da situação de vida da população beneficiária e propiciar as condições mínimas necessárias para sua inclusão social.

A manutenção do Programa Bolsa Família depende do cumprimento das condicionalidades, dentre elas estão, segundo MDS:

Compromissos com a Educação;

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos na escola;
- Garantir a frequência de no mínimo 85% a cada mês, caso necessário faltar é

preciso informar a escola e explicar a razão;

²⁷Conforme consulta no site do MDS, o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é uma base nacional de dados socioeconômicos das famílias que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. O Cadastro Único possibilita o registro de informações das famílias e dos seus componentes, para a geração do Número de Identificação Social (NIS) e para sua identificação como potenciais beneficiárias de programas sociais. Assim, um de seus objetivos é fornecer informações sobre a localização e as características dessas famílias, para que o poder público possa formular e implantar políticas públicas capazes de promover a sua inclusão social.

²⁸ Conforme Decreto n.º 6.157, de 16 de Julho de 2007.

- Informar ao gestor do Programa sempre que alguma criança mudar de escola, para que haja acompanhamento da frequência escolar.

Compromisso com a Saúde;

- Levar a criança menor de 7 (sete) anos para vacinação e manter o calendário de vacinação em dia;

- Levar a criança menor de 7 (sete) anos para pesar, medir e ser examinada nos Postos de Saúde;

- Para as gestantes e mães que amamentam é preciso participar do pré-natal e ir nas consultas de saúde;

- Participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

Um importante eixo do Programa Bolsa Família é a relação entre o Governo Federal e os outros entes da Federação, ou seja, os Estados e municípios. Para o Programa, a descentralização, fundamento de diversas políticas públicas nacionais, é a base da construção de um novo relacionamento entre os entes federativos no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade. Assim, os Estados e municípios tornam-se parceiros efetivos, co-responsáveis pela formulação, implementação e controle do Programa Bolsa Família, e além deste programa os municípios também podem definir e transferir renda com outros programas²⁹. No entanto, a descentralização requer uma eficiente articulação federativa, com definições claras de responsabilidades entre Estados, municípios e Governo Federal.

Neste caso, cabe destacar as responsabilidades dos municípios, que são entre elas conforme o MDS: indicar o gestor responsável pelo Programa Bolsa Família; identificar e cadastrar as famílias pobres e extremamente pobres no Cadastro Único; promover o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades; prover os serviços de saúde e educação que, além de direitos básicos, são necessários ao cumprimento das condicionalidades pela família; gerenciar, na sua esfera de competência, os pagamentos de benefícios e as atividades de bloqueio, desbloqueio e cancelamento de benefícios; promover o acompanhamento das famílias beneficiárias, em especial daquelas em maior situação de vulnerabilidade social; apoiar o desenvolvimento das famílias beneficiadas, por meio da articulação entre o Bolsa Família e outras ações e serviços de qualificação, geração de trabalho e renda, desenvolvimento comunitário, dentre outras políticas municipais que favoreçam a inserção e a promoção social dos beneficiários. No caso de ausência de oferta de serviços, as famílias não serão penalizadas com a suspensão de benefícios.

²⁹ No caso do município de Toledo, há atualmente o Programa Bem-Toledo, criado pela Lei municipal n° 101 de 1° de dezembro de 2006, que transfere um benefício no valor de 100 reais mensais para jovens de idade entre 15 à 19 anos.

Para Silva e Silva (2004), se de fato o Governo Federal mais do que criar um Programa de transferência de renda unificado, pretende estabelecer uma política de transferência de renda no Brasil, deverá oferecer suporte diferenciado aos municípios, levando em conta a disparidade de cada um, para ter um programa único, porém, respeitar as especificidades e autonomias dos sujeitos locais.

2.3 - OS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vivemos em uma conjuntura econômica e social dramática, marcada por uma distância entre minorias abastadas e uma imensidão de miseráveis, o que evidencia uma necessária redistribuição de renda, associada a constituição de políticas que se voltem às demandas sociais “dos grandes contingentes esmagados pela pobreza”. (YAZBEK, 1996, p. 13).

Além disso, para a referida autora, há um desencontro entre interesses da maioria da população e da classe dominante. As conseqüências, os reflexos que isso trás à população são incontestáveis. Crianças arrastadas precocemente para o mercado trabalho, quando não para a vida nas ruas, sem possibilidades de escolarização ou profissionalização, ocupando posições desqualificadas e com baixo salário, situação esta que tende a se reproduzir na vida adulta.

Este é um dos vários exemplos que poderíamos citar, são dados que evidenciam a gravidade da situação e “mostram que a exclusão de bens materiais e culturais faz parte da reprodução do cotidiano de um grande contingente populacional da sociedade brasileira”, Yazbek (1996, p. 15).

A categoria subalternidade aparece portanto, como uma ausência “[...] de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção”.(ALMEIDA *apud* YAZBEK, 1996, p. 18). Ela faz parte do mundo dos dominados, dos que estão submetidos à exploração e a exclusão social, econômica e política.

Os subalternos vêm historicamente construindo seus projetos³⁰, com base em interesses que não são seus, mas acabam sendo inculcados. Acabam por experenciar a dominação e a aceitam, uma vez que a classe dominante com o propósito de assegurar sua hegemonia, “[...] criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade. “(YAZBEK, 1996, p.18). Nesse sentido observamos também que “[...] o Estado através de suas instituições sociais e políticas, é veiculado como instância da ordem e da autoridade superior sobre a sociedade civil”. (ALMEIDA *apud* YAZBEK, 1996,

³⁰Conforme aula expositiva do dia 27/04/2006, da professora Zelimar S. Bidarra, na disciplina de “questão social” e o serviço social II, os projetos representam segundo Gramsci, uma ‘concepção de mundo’ ou ‘filosofia’, ou seja, são ‘modos de pensar e de sentir a vida’, de partilhar aspirações, de acreditar e lutar pelos sonhos, enfim, de viver a cultura.

p. 18). Assim, o Estado ajuda a manter e reproduzir as estruturas da sociedade a partir da ótica dos interesses da classe dominante.

Entretanto, segundo Yazbek (1996, p.19) são observados também em contra partida, práticas de enfrentamento e de busca de superação da condição de subalternidade, encontradas em movimentos sociais, em alguns partidos políticos, nas lutas sociais e políticas, além das práticas cotidianas que contestam e tentam de alguma forma resistir a dominação. Nesse sentido, é criada pela coletividade uma consciência de “iguais”, tanto na pobreza quanto na exclusão e subalternidade, coloca em questão, em xeque a cidadania dos subalternos, “[...] numa perspectiva de sua condição como sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe”. Projeto este diferente do projeto burguês, este ela (classe trabalhadora) não quer, pois lhe priva de direitos.

Tendo em vista que, em uma sociedade onde há exploração de poucos sobre muitos, como é a nossa sociedade brasileira, as políticas sociais, ao regularem as relações sociais, estão ao mesmo tempo, favorecendo a acumulação e dando bases para a legitimação do Estado, reproduzindo a dominação, “[...] essas políticas têm o objetivo de estancar e minimizar as tensões sociais e manter as bases de apoio do Estado, conferindo uma face mais humanitária ao capitalismo”. (YAZBEK, 1996, p.21). O Estado exerce funções contraditórias, de um lado estão as exigências da reprodução do capital, e do outro, as necessidades de reprodução dos trabalhadores, portanto interesses divergentes em jogo.

Para autora acima citada, devemos a todo momento refletir se realmente a incorporação das demandas dos subalternos são exclusivamente de interesses desta população, pois nesta relação Estado e sociedade civil, sob a experiência da inclusão, pode-se reiterar a exclusão, “[...] pois inclui de forma subalternizada e oferece como bem-estar o que é na verdade direito”. (YAZBEK, 1996, p.21).

Há para autora referida, uma herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira, onde os indivíduos são marcados, estigmatizados, com clichês, como “inaptos”, “marginais”, “problematizados”, alvos de “reerguimentos” e de promoção. Por isso, a importância de abordar aqueles que são socialmente constituídos como “assistidos”, penetrando mesmo que de modo introdutório, em seu universo, um universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela humilhação, pela alienação e pela resistência e estratégias para melhor sobreviverem.

É importante resgatar, segundo Yazbek (1996, p. 70 e 84) o significado do que pensam os usuários da assistência social³¹, seu universo marcado pela exclusão, e além

³¹Para tal análise, levar-se-á em conta a PNAS/2004, onde estabelece que: Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias

disso, “ conhecer os elementos críticos e históricos presentes no cotidiano desse caminhar, no plano real e no plano simbólico, é uma forma de aproximação ao processo de consolidação/ ruptura da própria subalternidade”. Mas como descobri-los? O caminho, como afirma a autora, mais viável para desvendar suas condições de vida é “dar-lhes a palavra, ouvir sua versão”. Ou seja, a partir dos depoimentos dos usuários dos serviços socio-assistenciais, contextualizar a história a partir das vivências sociais, sob a ótica dos que a fazem.

Cabe reconhecer, segundo a autora supra citada, que “no fundo da narrativa encontra-se a realidade social e coletiva incorporada pelo sujeito”.(BRIOSCHI e TRIGO, *apud* YAZBEK, 1996, p. 25). Levando em conta que estas são marcadas por diversidade e individualidade. São cotidianos diferenciados, vividos em condições semelhantes, evidenciando uma espécie de identidade entre os subalternos.

Analisando esta perspectiva, vale ainda ressaltar que: “[...] a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social”. (FALCÃO, 1987, p. 14).

Além disso, ao retratar este elemento temos que:

Reconhecer que os sujeitos históricos encarnam um processo social, expressam ‘visões de mundo’, emoções e experiências, implica redescobrir o cultural na dominação, como o homem do mundo subalterno sente e considera sua subalternidade e, finalmente, como na tessitura das relações sociais mais amplas se constrói a identidade subalterna e as representações da pobreza pelos que a vivem. (YAZBEK, 1996. p 74).

E, como sugere a autora citada acima, ao conquistar, adquirir visibilidade, direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançarão num processo de ruptura com a situação de subalternidade, tendo assim, possibilidade de produção de um outro projeto societário, onde prevaleça seus direitos enquanto classe.

A seguir, avançaremos no objetivo deste trabalho, dando voz aos sujeitos da pesquisa e conhecendo dimensões de seu cotidiano.

3 - O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico (Ipardes)³², o Município de Toledo possui atualmente aproximadamente cerca de 107.033 (cento e sete mil e trinta e três) habitantes, tendo uma área terrestre de 1.198.607 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e sete) km².

Em Toledo estão atualmente matriculados na pré-escola 3.315 alunos, no Ensino Fundamental aproximadamente 17.396 (dezessete mil trezentos e noventa e seis) alunos, no Ensino Médio cerca de 6.041 (seis mil e quarenta e um) alunos totalizando assim, cerca de 26.752 (vinte seis mil setecentos e cinquenta e dois) alunos entre 06 (seis) e 17 (dezessete) anos aproximadamente matriculados.

Com relação à área social, conforme dados do Ipardes, o número de pessoas em situação de pobreza é de aproximadamente 15.979 (quinze mil novecentos e setenta e nove), já as famílias em situação de pobreza o número é de 4.190 (quatro mil cento e noventa). Devemos levar em conta que há em Toledo cerca de 30.328 (trinta mil trezentos e vinte e oito) domicílios, ou seja, quase 14% da população está em condição de pobreza³³.

Em meados de 1995, a assistência social assumiu um *locus* específico na estrutura da administração pública em Toledo, isso ocorreu com a criação da Secretaria de Ação Social e Cidadania, através da Lei n° 1.771, de 23 de março de 1995. Porém, em 1997 há uma alteração com a lei n° 1.800, de 14 de julho, onde criou-se a Secretaria Municipal de Assistência Social-SAS. Esse nome foi criado, a partir de uma diretriz definida nos encontros realizados na área, que orientaram uniformizar a nomenclatura do órgão gestor.

A SAS é o órgão responsável pela organização, efetivação, descentralização e execução da política de Assistência Social. Sendo que, conforme dito anteriormente, a assistência passa a ser vista como uma política pública, a partir da criação da LOAS em 1993.

Quanto as atribuições da SAS³⁴, pode-se dizer que cabe a ela:

a) propiciar condições para a melhoria das condições de vida da população, através do desenvolvimento de políticas de atendimento social;

³²Conforme site www.ipardes.gov.br, acesso em 15/09/2007.

³³Neste caso, pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

³⁴Conforme Lei n° 1.800, de 14 de julho de 1997, com relação as atribuições da secretaria.

b) promover o intercâmbio entre o Poder Público e as diversas organizações da sociedade;

c) executar programas, projetos e atividades relacionadas aos serviços de natureza comunitária e social;

d) promover cursos profissionalizantes, a fim de contribuir para a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra e a conseqüente melhoria da renda da população;

e) desenvolver programas que visem à valorização e o atendimento integral da criança, do adolescente e do idoso;

f) executar atividades relacionadas a melhoria das condições de habitação das famílias toledanas;

g) executar outras atividades correlatas.

É no âmbito da SAS, que está atualmente sendo gerido e executado o Programa Bolsa Família. Até então, o Departamento responsável por este programa, era o Departamento de Benefícios, porém, a partir deste ano, este foi extinto³⁵. Em razão disto, a gestão passou a ser atrelada a coordenadoria, pertencente ao Departamento Técnico, situado na SAS.

Para a administração do município, está explicitado, que deve haver um espaço específico para gerenciar o Programa Bolsa Família. Antes da criação deste, as ações eram desenvolvidas por várias pessoas, em diversos setores como Secretaria de Saúde e de Educação. Então sentiu-se a necessidade de canalizar em um único lugar, para poder dar mais organização aos serviços prestados. O programa gera uma circulação de dinheiro para o município, em torno de aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) de reais ao ano. Esse montante é gasto no comércio, o que possibilita um desenvolvimento para o município. Segundo o órgão gestor, a coordenadoria facilitou o acesso aos programas para os usuários e para o município e conseqüentemente trouxe geração de renda³⁶.

No Programa Bolsa Família, a família cadastrada deve procurar o atendimento para atualização do cadastro a cada dois anos, informando as condições sócio-econômicas.

Em geral, os atendimentos diretos aos usuários dos programas e ao público, que procuram a coordenadoria para obter informações sobre:

- Atualização de dados cadastrais;
- Orientação e solicitação da Tarifa Social;
- Orientação sobre o Programa Luz Fraterna;

³⁵ Conforme Lei municipal n° 1.947, disponível em <www.toledo.gov.br, acesso em 31 de agosto de 2007.

³⁶ Conforme entrevista com a Diretora do Departamento Técnico Simone Ferrari em 18/09/2006, para a Construção Aproximativa com o Campo de Estágio, das acadêmicas, Anna Débora F. Marcante, Josiane Pereira Camacho e Érica Fidelis.

- Cancelamento de senhas (através da Caixa Econômica Federal), à pedido da coordenadoria quando necessário atualização de dados;
 - Cancelamento do Cartão, quando é constatado através de visita domiciliar de recadastramento que a família não se enquadra nos critérios de renda do Programa Bolsa Família;
 - Entrega de guia de liberação de cartões para o recebimento de Benefício;
 - Informações sobre os critérios para permanência em Programas;
 - Orientação sobre a frequência escolar, vacinação e pesagem dos filhos;
 - Visitas domiciliares de acordo com a necessidade apresentada;
- O atendimento indireto compreende;
- Digitação dos novos cadastros;
 - Correção dos dados cadastrais;
 - Consulta e manutenção de Benefícios;
 - Bloqueio e desbloqueio de Benefícios feito automaticamente pelo Governo Federal quando atualizado o cadastro e constatada renda superior;
 - Tratamento de multiplicidade quando o usuário possui mais que um cadastro no mesmo programa;
 - Cadastros de beneficiários oriundos de outros Municípios.

As famílias atendidas nesta coordenadoria são encaminhadas ao CRAS, para realizarem cursos, capacitação e palestras, como meio de promover geração de emprego e renda.

O atendimento na coordenadoria é realizado individualmente aos usuários que solicitam orientações e esclarecimentos sobre os programas sociais, (possibilidade ou não de inclusão nos mesmos).

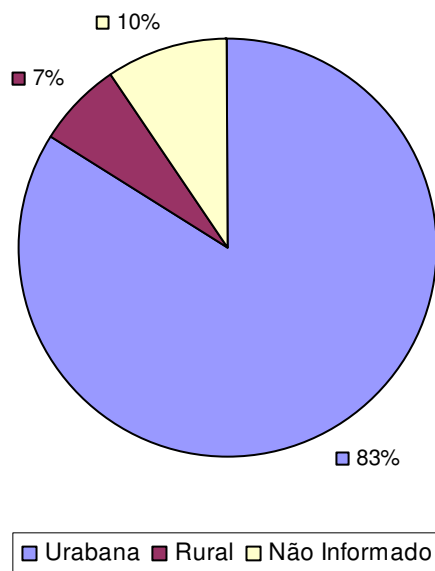
Os dados dos usuários são inseridos no formulário do Cadastro Único, proporcionando o conhecimento da situação concreta das famílias. A seguir serão apresentados alguns indicadores do Cadastro Único dos usuários do Programa Bolsa Família em Toledo.

3.2 - APRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Os dados e informações abaixo irão contribuir para uma compreensão do universo desta investigação: os usuários do Programa Bolsa Família no município de Toledo-Pr. Assim os dados serão apresentados com base no Cadastro Único, porém a análise se restringirá aos sujeitos da pesquisa em questão. O município de Toledo possui

3.905 famílias no Cadastro Único, possibilitando identificar os dados que serão apresentados a seguir, tendo como base o número de domicílios das famílias.

GRÁFICO 1: TIPO DE LOCALIDADE



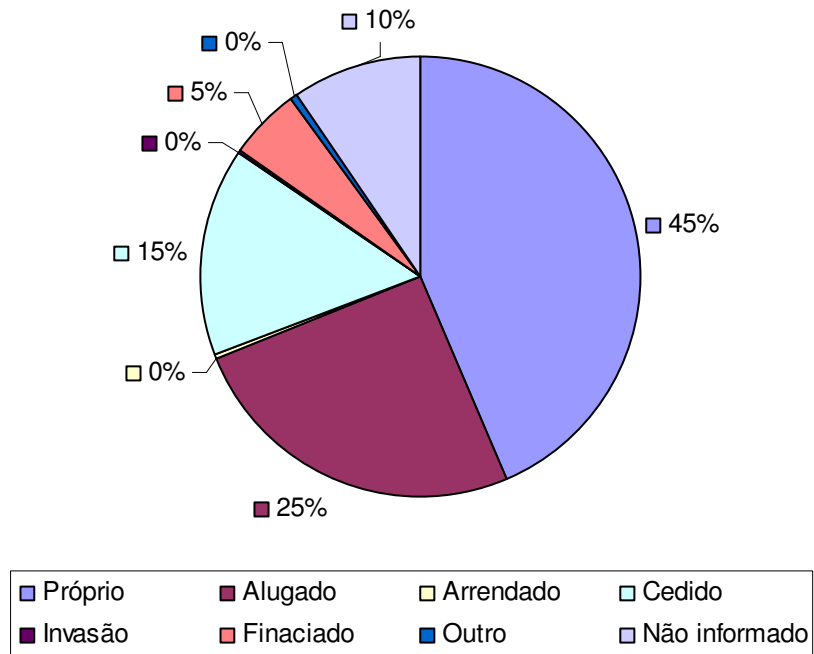
Fonte: Plano Municipal de Inclusão do Programa Bolsa Família, de Novembro de 2006, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Toledo.

Os Tipos de Localidade apresentados no Cadastro Único são: Urbana 6.121 domicílios, Rural 475 domicílios, não informado 698 domicílios. Já quando consideramos o total de domicílios presentes na área rural e urbana do município de Toledo³⁷, o número é: urbana 26.562 e rural 3.766 , totalizando, como já explanado anteriormente, 30.328 domicílios, portanto, a maioria da população está localizada na área urbana, tanto a população geral do município de Toledo, quanto dos usuários do Programa Bolsa Família.

Isso é um fenômeno que vem ocorrendo desde meados de 1970, com o início da mecanização da agricultura, expansão das grandes propriedades rurais, que absorveu as pequenas propriedades familiares, fazendo com que a população migrasse para os centros urbanos em busca de emprego.

³⁷ Conforme site www.ipardes.gov.br, acesso em 15 de set de 2007.

GRÁFICO 2: SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

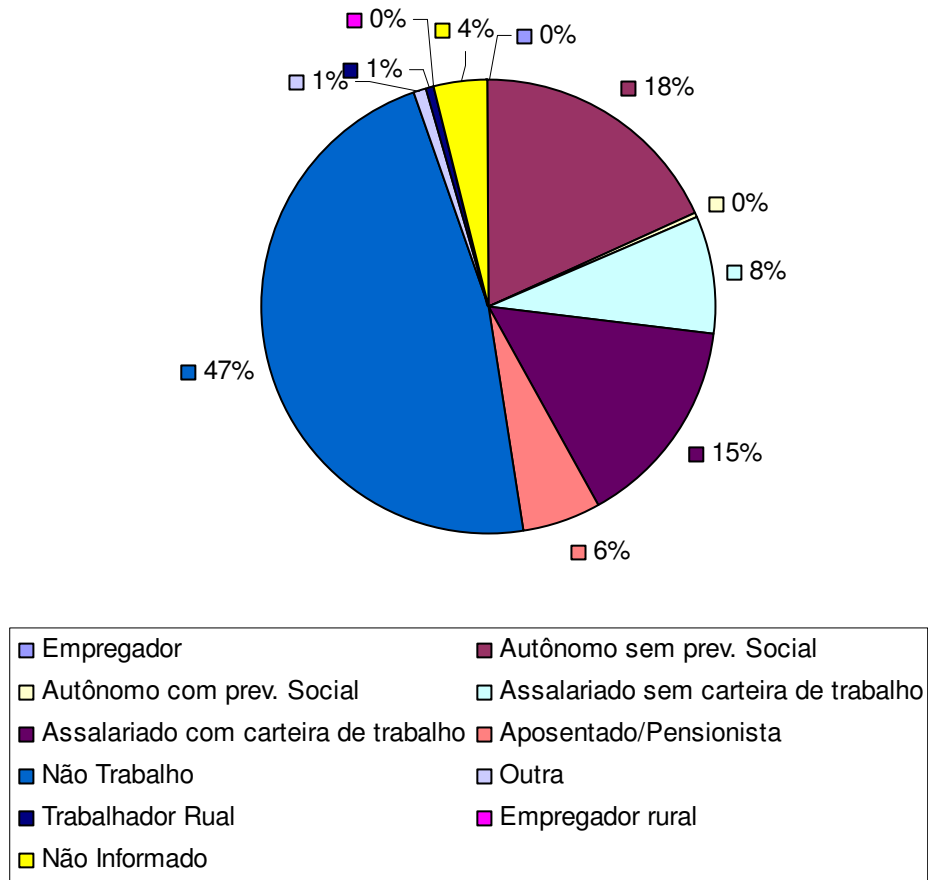


Fonte: Idem

A Situação dos domicílios se apresenta da seguinte forma: Próprio 3.173 domicílios, alugado 1.859 domicílios, arrendado 16 domicílios, cedido 1.118 domicílios, invasão 7 domicílios, financiado 389 domicílios, outro 34 domicílios, não informado 698 domicílios.

Percebe-se que mesmo havendo uma política habitacional no município de Toledo, que busca suprir relativamente esta demanda, notamos que 55% das famílias beneficiárias não possui casa própria, já que há um número elevado de domicílios alugados e cedidos.

GRÁFICO 3: SITUAÇÃO MERCADO DE TRABALHO

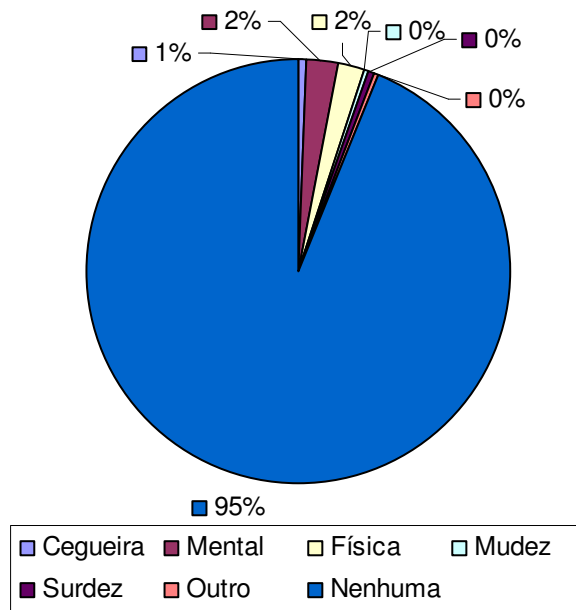


Fonte: Idem

Conforme dados do Cadastro Único, a quantidade de domicílios que se apresentam em condição de Empregador são 10, autônomo sem previdência social são 2.565 domicílios, autônomo com previdência social 29 domicílios, assalariado sem carteira assinada 1.177 domicílios, assalariado com carteira assinada 2.102 domicílios, aposentado/pensionista 779, não trabalha 6.606 domicílios, trabalhador rural 77 domicílios, empregador rural 3 domicílios, não informado 549 domicílios.

Já neste dado, pode-se notar que a grande maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família encontram-se em situação de desemprego, uma expressão da “questão social”, logo, resulta em procura por benefícios assistenciais. Além disso, existe um número alarmante de domicílios em que há autônomos sem previdência e assalariados sem carteira assinada, estes estão desprovidos de proteção social.

GRÁFICO 4: TIPOS DE DEFICIÊNCIA

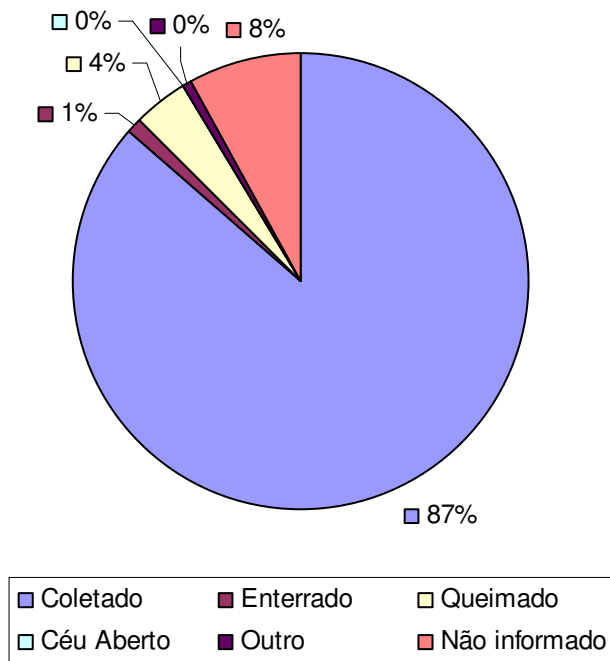


Fonte: Idem

Os tipos de deficiência que estão presentes no Cadastro Único são: cegueira 53 domicílios, mental 191 domicílios, física 148 domicílios, mudez 19 domicílios, surdez 28 domicílios, outro 31 domicílios, nenhuma 7.209 domicílios.

A grande maioria, 95% dos domicílios, não apresentam tipos de deficiência, porém, percebe-se que dentre os que a possuem há um predomínio da deficiência mental entre os usuários do Programa Bolsa Família.

GRÁFICO 5: DESTINO DO LIXO

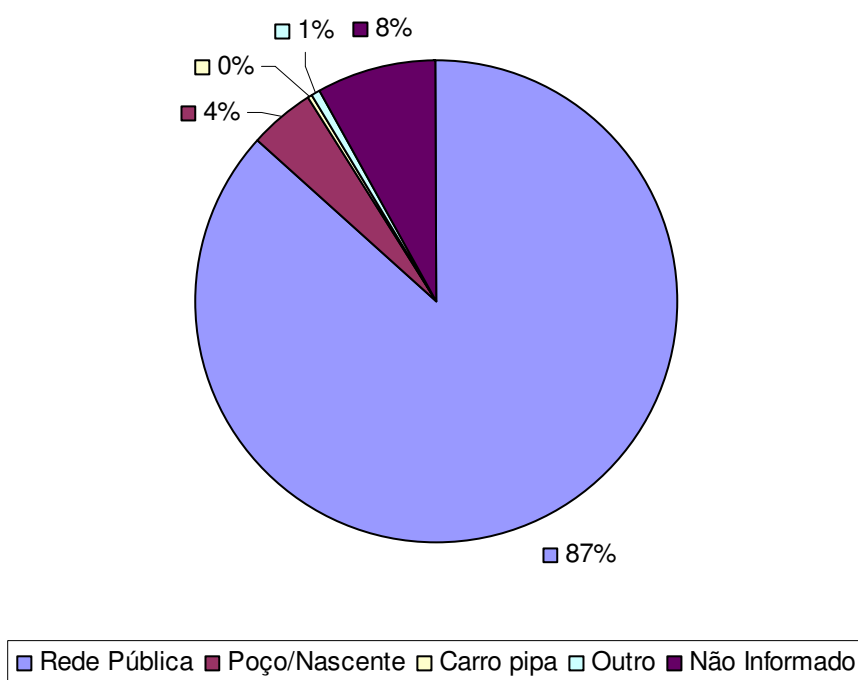


Fonte: Idem

Quando comparado o destino do lixo, os dados se apresentam da seguinte forma: Coletado 6.169 domicílios, enterrado 89 domicílios, queimado 260 domicílios, céu aberto 15 domicílios, outro 30 domicílios, não informado 579 domicílios.

Nota-se que entre quem não possui sistema de coleta de lixo predomina-se a queima. E este fenômeno ocorre principalmente, mas não exclusivamente, na região rural, onde é reduzido os dias de coleta.

GRÁFICO 6: TIPO DE ABASTECIMENTO

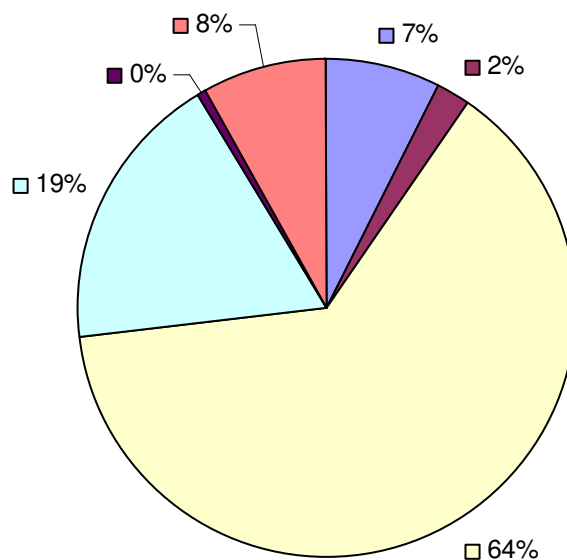


Fonte: Idem

Quando referido o tipo de abastecimento de água, apresenta-se os seguintes dados: Rede pública 6.196 domicílios, poço/nascente 314 domicílios, carro pipa 13 domicílios, outro 40 domicílios, não informado 579 domicílios.

Verifica-se que dentre os domicílios que não possuem abastecimento de água via rede pública, predomina-se o poço/nascente, onde muitas vezes não há um tratamento adequado para seu aproveitamento, bem como a fiscalização quanto à qualidade de água consumida. Ainda pode haver a hipótese quanto aos 579, que não foram identificados, como vizinhos cedem a água, não havendo hidrantes em todas as residências.

GRÁFICO 7: TRATAMENTO DE AGUÁ



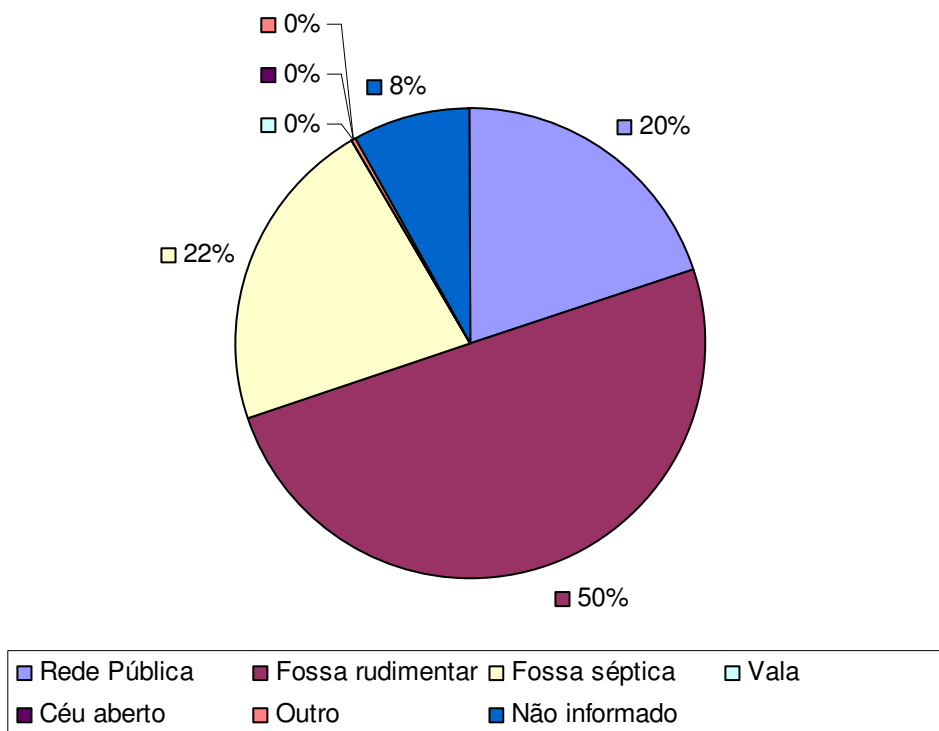
■ Filtração
 ■ Fervura
 ■ Cloração
 ■ Sem Tratamento
 ■ Outro
 ■ Não informado

Fonte: Idem

Em relação ao tratamento da água, os dados estão apresentados da seguinte forma: Filtração 530 domicílios, fervura 174 domicílios, cloração 4.520 domicílios, sem tratamento 1.309 domicílios, outro 30 domicílios, não informado 579 domicílios.

Relacionando este gráfico com o anterior, pode-se perceber que há uma disparidade nos números apresentados, pois de um lado 87% possui abastecimento de água via rede pública, porém, de outro, 64% declararam que o tratamento de sua água é via cloração. Estes dados deveriam igualar-se, pois toda forma de tratamento via rede pública é por cloração. Fato este que pode ter acontecido por alguns motivos, dentre eles: a pessoa que estava sendo entrevistada para preenchimento do cadastro não sabe ou não tem informação sobre este assunto; o entrevistador não soube esclarecer devidamente esta questão no momento do preenchimento do Cadastro Único. E por isso os números se distinguem.

GRÁFICO 8: ESCOAMENTO SANITÁRIO



Fonte: Idem

Quando referimos ao escoamento sanitário, os dados apresentados no Cadastro Único são: Rede pública 1.434 domicílios, fossa rudimentar 3.544 domicílios, fossa séptica 1.562 domicílios, vala 7 domicílios, céu aberto 7 domicílios, outro 9 domicílios, não informado 579 domicílios.

Neste gráfico, há um predomínio de domicílios que não possuem escoamento sanitário via rede pública, a maioria possui sistema de escoamento por fossa rudimentar, ou seja, o saneamento básico da população beneficiária do Programa Bolsa Família, em sua maioria é precário.

Os dados apresentados acima foram referentes ao total das famílias cadastradas em Toledo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, dando uma visão ampla da situação da pesquisa. Para melhor compreensão deste universo trabalhou-se com uma amostra intencional de três famílias cadastradas. As mesmas serão apresentadas da seguinte forma: F1, F2, F3, isso para resguardar suas identidades.

F1 é moradora do perímetro urbano, seu domicílio é próprio, o tipo de abastecimento em sua residência é pela rede pública, o tratamento da água é por cloração, o escoamento sanitário é pela rede pública, o lixo de sua casa é coletado, e não há pessoa com deficiência em sua residência. O grau de escolaridade da beneficiária é a 2ª série do Ensino Fundamental, e de seu esposo é 4ª série. F1 não está trabalhando, apenas seu esposo, que ganha aproximadamente 200 reais, sendo que os gastos, as despesas da casa

totalizam aproximadamente cerca de 350 reais. Na casa residem 5 pessoas, sendo a família composta pelos cônjuges e três filhos.

F2 é moradora do perímetro urbano, seu domicílio é próprio, o tipo de abastecimento em sua residência é pela rede pública, o tratamento da água é por cloração, o escoamento sanitário é por fossa séptica, o lixo é coletado e não há pessoa com deficiência na residência. A beneficiária é analfabeta e seu esposo estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. F2 não trabalha, já seu esposo trabalha com registro em carteira, recebendo o valor mensal de 551 reais e 14 centavos, as despesas da casa totalizam aproximadamente 280 reais. Na casa residem 5 pessoas, a família é composta pelos cônjuges e três filhos.

F3 é moradora do perímetro urbano, seu domicílio é alugado, o tipo de abastecimento em sua residência é pela rede pública, o tratamento da água é por cloração, o escoamento sanitário é por fossa rudimentar, o lixo é coletado, e há uma pessoa com deficiência na casa, seu filho que apresenta deficiência física e mental. A beneficiária estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental. Os gastos da casa são de aproximadamente 386 reais. F3 além do benefício do Programa Bolsa Família, recebe o Benefício de Prestação Continuada-BPC de seu filho com deficiência, um valor de 380 reais mensais, é com estes benefícios que esta família sobrevive. Na casa residem 6 pessoas, composta pela entrevistada, três filhos e dois netos.

Observa-se que os três sujeitos entrevistados da pesquisa são mulheres, moradoras do perímetro urbano, duas têm domicílio próprio e uma alugado, recebem abastecimento pela rede pública, sendo que o tratamento da água é por cloração, uma tem escoamento sanitário pela rede pública, uma tem fossa rudimentar e a outra tem fossa séptica, o lixo de todas é coletado, apenas uma possui em seu domicílio uma pessoa portadora de deficiência. O grau de escolaridade de duas é a 2ª série do Ensino Fundamental e uma é analfabeta. Nenhuma está trabalhando no momento. A composição familiar dos sujeitos da pesquisa é de 5 pessoas em dois domicílios e 6 pessoas em um domicílio.

Com o objetivo de avançar no conhecimento do cotidiano destas famílias, a seguir serão apresentados seus relatos orais.

3.3 - ANÁLISE DO COTIDIANO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Com o objetivo de apreender a historicidade da vida cotidiana das famílias usuárias do Programa Bolsa Família, este trabalho terá como eixos de análise a experiência de vida passada, o presente, ou seja, como é atualmente o cotidiano destas famílias, o que alterou em suas condições de vida, e futuro projetado pelas mesmas.

3.3.1 – A experiência de vida antes do Programa Bolsa Família

Parte-se da análise da experiência das famílias entrevistadas vivenciaram no passado, um aspecto presente e relevante no cotidiano destas famílias foi a trajetória da pobreza em suas vidas.

A concepção de pobreza para Yazbek (1996) expressa aqueles que de forma permanente ou transitória são privados de um mínimo de bens e de mercadorias necessárias à sua manutenção e reprodução social; pobreza é a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida e este último é o principal elemento definidor. Pobreza também é uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança”. (MARTINS *apud* YAZBEK, 1996, p. 23)

Isso foi evidenciado na fala de F1 e F2 :

Eu fui de uma família muito pobre né [...] E ajuda? Não tinha prá quem pedi ajuda. Aqui tem né, tem o Provopar né,....lá não tinha aquela vez. (F1)

O dia que tinha, nós comia, o dia que não tinha nós não comia nada. As veiz o que tinha pra nós cumê era abobrinha verde com farinha de mandioca. Nós passamo muita crise.(F1)

Tinha dia que passava frio, não tinha nem roupa prá usa direito, nem carçado prá carçá. Até fome nós passemo lá né. Mas fazê o que, tinha que vivê assim.(F2)

Nota-se que ambas as famílias apresentam o não acesso aos mínimos para sua subsistência, apresenta precariedade quanto a alimentação, vestuário e abrigo. A carência habitacional demonstra-se nas seguintes falas:

A gente sempre morava na casa dos outros...e daí quando nós mudamo mesmo pro Ouro Verde é que a gente foi pagá mesmo aluguel né. I daí foi que meu irmão foi embora prá Rondônia, i daí dexô tipo um garpãozinho, bem veinho mais não tava caindo. I daí que a gente fico nesse lugarzinho prá não paga aluguel. (F1)

É, nós dormia em cinco irmã num quarto, e meus cinco irmão num outro quarto, e minha mãe dormia no quarto dela [...] era sofrido...e o nosso colchão não era colchão de espuma, era de palha, e nós dormia assim.(F2)

O mais grave problema habitacional brasileiro é conforme dados do Radar Social³⁸, é o ônus imposto pelo pagamento de aluguel, que desvia importantes recursos do orçamento familiar, comprometendo outras necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação e lazer. E esta obrigação com o aluguel atinge ainda cerca de 5,7 milhões de pessoas atualmente. Além disso, há ainda cerca de 17 milhões de brasileiros, 9,9 % da população moram ainda em residências superpovoadas.

Além de que, esta situação de pobreza que as coloca em condição de vulnerabilidade social é agravada pela configuração de família numerosa³⁹, com grande quantidade de filhos, o que é observado em todas as falas:

[...] tinha treze filhos... (F1)

Nós somos em dez...dez irmãos... (F2)

Nós somos em treze. (F3)

Esta questão nos leva a refletir sobre o planejamento familiar, que para aquelas famílias trouxe dificuldades de manutenção, ocorre com F1 a doação de um filho, em busca de melhoria de subsistência da criança, no caso a entrevistada.

[...]até que minha mãe deu eu pra uma família ainda [...] eu fiquei acho que uns oito meses com essa família...(F1)

...e minha mãe pensou: ' pelo menos, intão né, quem sabe ela vai se alguma coisa na vida' ,... minha mãe diz que penso isso na hora[...].(F1)

Neste caso, como mesmo afirma a entrevistada, ela não ficou mais que oito meses com esta família, logo uma irmã mais velha e sua mãe foram buscá-la, pois como apresenta em sua fala:

[...]eu fui embora porque a gente não agüentava de saudades dos outros né... (F1)

³⁸O Radar Social é um instrumento de vigilância das condições de vida da população brasileira, construído para demonstrar um panorama geral dos principais problemas sociais do país. O Radar reúne os dados mais recentes produzidos por diversas instituições governamentais, principalmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

³⁹ Conforme dados do Radar Social, o número médio de filhos em meados de 1960 era de 6,2; já em 2000 este número caiu para 2,3 filhos. Esta realidade é também presenciada pelas entrevistadas, já que elas vieram de família numerosa e hoje a constituição familiar é menor.

Já no caso de F3, esta apresentou minimamente condições mais favoráveis, mostradas na fala.

[...] necessidade não, por que naquele tempo né, tudo tinha...porco tinha, galinha tinha, trigo a gente plantava né...tudo mesmo que a gente plantava dava..(F3)

[...]não tinha né dizer passa fome, né... Deus me livre...(F3)

Conforme Yazbek (1996), mesmo que a renda seja um elemento essencial para a identificação da pobreza, é necessário considerar outros meios complementares de sobrevivência. No caso de F3 mesmo sem apresentar uma renda resultante de trabalho assalariado, estes tinham uma forma de subsistência através do trabalho realizado na terra, ou seja, plantavam principalmente para o consumo, como dito:

[...]a gente colhia pro gasto...e tinha era galinha, porco, era pato, era tudo assim. (F3)

Esta realidade está posta para as três famílias, pois em todas havia o predomínio da atividade essencialmente rural no passado.

[...]a gente morava na roça[...] só na roça. Meu pai não tinha juízo né, meu pai ficava três mês numa roça, i daí saía daquele lugar e ia prá outro lugar e ficava mais três mês, quatro mêsera desse jeito ai que ele vivia. (F1)

Meu pai trabalhava na roça. (F2)

A gente quando era daquele tempo mais do...antigo que nós se criemo no sítio né,[...] nós se criemo na lavora trabalhando[...].(F3)

Percebe-se que houve atualmente uma mudança muito grande em relação a demografia brasileira, como mostra os dados do Radar Social, em 1940 apenas 31,2% da população brasileira morava em zonas consideradas urbanas, já no ano de 2000 o grau de urbanização passou para 81,2%, ou seja, somente 18,8% dos habitantes do país residem no campo. Essa situação é vivenciada pelas três entrevistadas, já que moravam no perímetro rural e passaram a residir no perímetro urbano, vivendo o fenômeno do êxodo rural.

F1 não apresenta em nenhum momento de seu depoimento na sua infância ou adolescência a presença do trabalho na lavoura, porém relatou outras atividades domésticas que exercia, destacando o cuidado com as crianças menores apesar de naquele período ter apenas 8 anos de idade.

[...]minha irmã tava grávida.[...]aí nasceu o piá dela, daí eu tinha que cuidá, eu com oito anos tinha que cuidá desse piá, cuidá do meu irmão que tinha quatro anos e da minha irmãzinha né, que era doente e que era dois anos mais nova que eu... (F1)

Porém seus irmãos mais velhos trabalhavam na roça, e devido a este fato, F1 revela que assim as condições de vida passaram a melhorar.

[...]as coisas melhoraram porque aqueles uns que eram mais pequenos já tavam podendo trabalhar prá ajudar dentro de casa né, daí foi indo aonde que os piá pego... arrumar um lugar assim, um sítio onde as pessoas precisavam de pessoas prá trabalhar né...(F1)

Em contrapartida, F2 e F3 apresentaram em suas falas a participação no trabalho rural.

Eu com 5 anos já trabalhava na roça[...] meu pai prantava algodão..., prantava as coisa assim, e nós ajudava a trabaíá. Prantá arroiz, prantava feijão...e nós ficava ajudando ele trabaíá na roça[...]eu ficava sozinha trabalhando na roça e na casa.(F2)

7...8 anos a gente já fazia as coisa né, na roça aquele tempo era tudo colhido a mão, era tudo sabe...era tudo que não é como hoje, com maquinário, era tudo na base do braço mesmo...(F3)

Há ainda em todo Brasil, conforme dados do Radar Social, cerca de 209 mil crianças entre 5 e 9 anos que estão trabalhando e 1,7 milhões de crianças entre 10 e 14 anos. E este número já foi mais acentuado, em 1995 cerca de 3,3 milhões de crianças entre 10 e 14 anos estavam trabalhando. O número ainda é muito elevado, já que hoje existe o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil-PETI, que destina uma renda para que as crianças deixem o trabalho para ir para a escola. O fenômeno do trabalho infantil foi realidade para todas as usuárias entrevistadas.

Pode-se notar que na fala de F2 além do trabalho na lavoura esta fazia os serviços domésticos. Isto devido a vinda de sua mãe para o Brasil em tratamento com sua irmã, pois moravam no Paraguai e, como revela, havia muitas dificuldades no acesso ao serviço de saúde.

[...]os médicos que tinha lá, tinha que pagar. Intão saia mais caro a consurta, e ainda era mal consurtada. Era preferível vim prá cá do que ficá lá. Aí a gente vinha prá cá. (F2)

Ainda hoje a atenção nos serviços de saúde na fronteira Brasil/Paraguai demanda investimentos, sendo demanda dos chamados “brasiguaios”.

Já F1 e F3, quando questionados, não apresentaram em seus depoimentos dificuldades no passado em relação à saúde.

[...]aquele tempo não tinha tanto problema como tem mais agora. Aquele tempo parecia que a gente era mais sadio que é agora...(F1)

E saúde também, graças a Deus ninguém ficava doente menina, ninguém ficava doente naquele tempo, era muito difícil, a mãe criou tudo nós, e nós não ouvia fala ninguém em hospital, era coisa só se machucasse mesmo. (F3)

Com relação à educação, percebe-se pelas falas das entrevistadas que o acesso geralmente era dificultoso, ou pela distância ou pela necessidade de permanência no trabalho.

[...]meu pai não deixava a gente estudá. (F1)

Nunca estudei...sempre fiquei na roça.(F2)

Estudá, não dava prá estudá. Eu mesmo, male má fiz a segunda série do primário. Uma que não tinha colégio onde nós morava, dava 21 quilômetros da vila onde nós morava, e o falecido pai não deixava nós pará na casa dos outros prá estudá.... (F3)

Essa dificuldade de não acesso a educação passou a ter um outro direcionamento a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA Lei nº 8.069, de julho de 1990, onde traz no seu art. 53 “A criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho[...]”. O art. 54 evidencia que:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII- atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim o Estado tem obrigatoriedade de assegurar a educação de qualidade, e os pais ou responsáveis tem obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino,

em cumprimento ao art. 55 da referida Lei. Esta porém não foi realidade dos sujeitos da pesquisa.

O Programa Bolsa Família, traz a condicionalidade de 85% de frequência escolar, destinando uma bolsa para proporcionar este acesso às crianças de famílias pobres e extremamente pobres. Embora precário pode ser considerado um avanço, já que além da criança estar na escola, este benefício complementa a renda familiar e a retira do trabalho infantil.

Este aspecto, além dos outros, irão percorrer por toda trajetória de suas vidas, refletindo como veremos a seguir, quando analisado por esta pesquisadora, a atual condição de vida destas famílias, seu cotidiano e o que alterou após serem beneficiárias do Programa Bolsa Família.

3.3.2- A atualidade com o acesso ao Programa Bolsa Família

Analisa-se agora o segundo eixo, o presente, vivenciado pelas três beneficiárias do Programa Bolsa Família. Nota-se que a questão escolar, ou seja, o não acesso a educação trouxe conseqüências na vida destas entrevistadas, como por exemplo a dificuldade em conseguir um trabalho.

[...]eu não tenho estudo também prá ficá arrumando serviço[...] por que a maioria das pessoa qué que a pessoa sabe, tenha estudo... (F1)

[...]é a coisa mais ruim você chegá num lugar e... 'qual é seu grau de estudo?', e você fica até com vergonha de fala, mais fazê o qué?A gente é obrigado a falá!.(F1)

Eu não posso trabalhá, por que eu não tenho estudo...(F2)

[...]eu posso até senti falta, mais só que naquele tempo a gente não tinha, eu não sentia nada de falta[...]os pais incentivavam a gente mesmo era prá trabalhá...(F3)

A educação é um requisito fundamental para uma adequada inserção na comunidade, pois é por seu intermédio que as pessoas podem adquirir e exercer a cidadania, no âmbito econômico, social e político. Como um legado antigo, o analfabetismo restringe ainda hoje, as possibilidades de bem-estar de grande parte da população, além de contribuir como sério entrave ao desenvolvimento econômico e social do país, comprometendo o avanço da cidadania.

Conforme dados do Radar Social, há em média no Brasil cerca de 14,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas, isso corresponde à 11% da população. Só no perímetro urbano este número é de 9,6 milhões de analfabetos. A região mais atingida é o

Nordeste, onde há 1 analfabeto para cada 5 pessoas. A presença de um número maior de analfabetos entre os mais velhos é resultado do limitado acesso dessas gerações à educação formal no passado.

Mesmo que, entre os jovens de 15 e 17 anos, cerca de 80% freqüentam a escola, porém só cerca de 40% estão no nível adequado a sua idade, segundo o Radar Social, isso evidencia um elevado índice de distorção idade/série, além disso, no Brasil a média de estudo é de apenas 6,4 anos. Muitos destes jovens abandonam o estudo para ingressarem no mercado de trabalho.

Ambas, F1 e F2 não apresentaram em suas falas a realização do trabalho de forma assalariada, apenas serviços domésticos em suas próprias casas. Já F3 trabalhou por muito tempo de diarista, porém como possui um filho com deficiência, não trabalha mais, pois afirma ter de cuidar deste, que necessita de cuidados especiais, além disso este recebe o BPC⁴⁰.

[...]não adianta eu arrumá um serviço prá ganhar um salário mínimo, o salário de doméstica se for efetivo é quatrocentos, quatrocentos e pouco... mas se acha que se eu pegá uma pessoa prá cuidá de uma criança dessa quanto que não vão querer? E tem que sabê também. (F3)

Atualmente, os principais problemas enfrentados pelo trabalhador, são segundo Radar Social, o desemprego, a informalidade e a queda da renda média real. Houve um crescimento acentuado de desemprego, que saltou de 6,2% para 10%, ou seja, há aproximadamente cerca de 8.005.059 desempregados em todo Brasil.

F2, apresentou em seu depoimento, que além do Programa Bolsa Família, ela precisa recorrer a outros Programas e auxílios na SAS, assim como, de seus vizinhos.

[...]eu ganhei três anos leite. Eu fiquei três anos sem comprá leite, me ajudô bastante também... (F2)

[...]todo ano eu pego roupa ali, no Provopar. Eu pego, hô menina, até coberta prá elas eu peguei acho umas três coberta, me ajuda bastante...vixe. Eu tava até sem coberta pras crianças, aí eu fui lá e peguei três coberta prá elas...(F2)

Eu ganhei bastante também dos vizinhos...roupa de frio, calçado prá elas[...] cada um dá um pouco e tá bom. (F2)

F3 também precisaria recorrer a outros serviços, porém esta demonstra desconforto em ir à SAS.

⁴⁰Conforme LOAS, art. 20-O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

[...]Jeu nunca fui lá de atrás de pegar uma cesta básica, agora roupa, eu já peguei no tempo da campanha de agasalho, que nem o piá as vez precisava de roupa, ou precisava de coberta e ia atrás de coberta...eu só assim sabe, mais ai depois...esse ano mesmo eu não fui...o piá até precisava mais eu não fui.[..]por que é muito difícil, é muito difícil menina eu não gosto, depois precisa vixe...não é fácil[...]Jeu não gosto de ir e não consegui. (F3)

A situação de “pedir” é vexatória e por este motivo não acessam estes serviços. A noção de direito não está presente em suas consciências.

F1 ao ser questionada se recorre a outros benefícios além do Programa Bolsa Família, esta diz que não há informação sobre os demais programas existentes na SAS.

Nunca tive informação de nada. Parece que é tudo escondido, essas coisa é tudo meio escondido... é por que tem muita gente que não sabe. (F1)
[...]dos outros programas nem fiquei sabendo nada. E se tem, até hoje também não to sabendo. (F1)

Portanto, a melhoria das condições de vida da população beneficiária acaba sendo prejudicada, já que não há devido acesso as informações necessárias dos Programas e Projetos municipais, impedindo que a população seja incluída nestes serviços.

Por este motivo, o de não acesso às informações sobre os demais programas existentes No município, F1 recorre ajuda a um irmão e sua mãe.

[...]só era minha mãe e meu irmão assim...que mandavam alguma coisinha prá eles....os outros mesmo ...ninguém se interessava em ajudá.(F1)

Este dado nos revela que o benefício do Programa Bolsa Família é insuficiente e estas famílias ainda apresentam algum tipo de necessidade. Quando questionadas sobre estas as respostas foram:

[...]é num falta assim um alimento muito dentro de casa, mais um pouco é...que nem, as crianças pede tem vez uma coisa prá gente diferente que a gente não pode tê prá dá né[...] porque sempre uma coisinha ou outra falta prá gente né. (F1)

[...]minha menina tem diabetes muito alta. Aí precisa comprá as coisas prá ela, prá diabetes, e as coisa de diabetes é mais caro que as outras coisa, aí tem que comprá um leite desnatado prá ela, comprá uma fruta, uma comida deferente... daí já gasta mais. (F2)

Tê a gente tem, até tem mais a gente equilibra né, a gente equilibra as coisa.(F3)

No primeiro caso a dificuldade encontrada esta relacionada a questão alimentar, ou seja, mesmo com o benefício recebido pelo Programa ela ainda sente necessidades de adquirir alguns alimentos. Já no segundo, a questão alimentar está relacionada a saúde da

filha da entrevistada, que precisa de cuidados especiais com a questão alimentar devido a diabetes que possui, sendo que nem todos os alimentos a filha necessita é adquirido devido a falta de recursos, já que estes tem um custo mais elevado. E no terceiro caso, nota-se a questão de “ter que equilibrar”, ou seja, é adquirir algo em detrimento de outras coisas.

Quando questionadas sobre como se sentiam sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família:

[...]é prá fala a verdade a gente se sente mais ou menos bem né, porque ao menos assim eu penso né...e assim a gente pode dá umas coisinha melhor pros filhos da gente.(F1)

É, representa bastante coisa pra mim...ele me ajuda bastante. As necessidades que eu tinha foi passando.(F2)

[...]eu me sinto bem, nossa!, É como eu falo, isso ai não é prá pessoas, é prá crianças que precisam né, que vão e participam direitinho da escola, tudo... é pra eles e pra mim é muito bom. (F3)

Na vida presente das entrevistadas, as mesmas oferecem possibilidades diferentes às crianças, ao inverso do que elas vivenciaram em sua infância. E pode-se identificar em suas falas que a melhora da condição de vida está também relacionada com o benefício que recebem.

Não é possível deixar de identificar que quando fala-se de assistência social, estamos ingressando em um território minado, onde muitas vezes o papel assumido pelos beneficiários é o de espectador calado.

Mesmo quando deixam escapar o discurso de estarem usufruindo de um direito, sua prática é, quase sempre, restrita ao campo de aceitação agradecida, abafando possíveis queixas e insatisfações, submetidos que estão ao medo de perderem o pouco que recebem. (JUNCÁ, 2007, p.59).

Isso nos leva a reflexão de que, se muitos beneficiários não expõem suas queixas e insatisfações, por medo de perder o benefício, é por que não o vêem como direito e sim com ajuda, que pode ser negada a qualquer momento, o que é agravado em muitos casos por ser o benefício a única ou principal renda que mantém a família.

É importante também destacar, a presença em seus depoimentos sobre o que alterou na vida destas famílias, em seu cotidiano após estarem recebendo o benefício do Programa Bolsa Família.

É mudô que daí a gente já faz continua assim prá comprá as coisa que precisa...e pelo menos chega o dia a gente tem o dinheiro...e pelo menos prá crianças a gente faz a vontade deles...pelo menos um pouco[...] agora que eu posso comprá as coisa prá eles, dá os material de estudo, né prá eles né...que a gente mesmo se fosse prá fazê, comprá tudo a gente não

tinha condição de comprá...e assim não...assim pelo menos graças a Deus, esse dinheiro já ajuda um pouco.(F1)

[...]mudou bastante, depois que eu pego o Bolsa Família dela mudou tudo menina. Antes de pegar...Deus me livre[...]as necessidades que nós passava assim...antes de pegar o bolsa família tinha necessidades, o pai dela trabalhava, trabalha só que o salário dele não dava prá nós né...tudo era contadinho. (F2)

Eu me sinto bem né... porque o dinheirinho que elas ganha tá ajudando.. ajudando elas também né... comprá... “mãe eu quero uma fruta!”... imagina uma criança pedir uma fruta e a mãe não ter dinheiro pra comprar, isso é duro ... “Mãe eu quero isso!” “Não minha fia, eu não tenho dinheiro”. Então... eu já pego o dinheirinho delas eu já guardo... “Mãe eu quero isso!”...“Então vão lá comprar”, aí eu já guardo o dinheiro dela que é prá comprar fruta que é pra elas cumê... porque o que o pai dela pega é prá pagar o mercado[...]o dinheirinho dela eu guardo que é pra comprar as coisinha prá elas. Me ajuda bastante....eu fico feliz.(F2)

[...]a gente tem uma segurança. É um pouquinho a mais que tá garantido prá eles. (F3)

Antes viviam a incerteza, a insegurança. Agora podem fazer uma “continha”. Possuem a possibilidade de prever e contar com o benefício do Programa Bolsa Família, vivem uma nova situação que, mesmo com pouco recurso, dá o sentido de segurança.

Nota-se que em alguns momentos, no decorrer dos depoimentos a questão da ajuda está presente. Essa fala quase comum revela a insuficiência da ações de um lado, e de outro submete o usuário “a regra do jogo” em nome de sobrevivência pessoal e familiar. Além disso, “se uma política de renda mínima é necessária, sua dinâmica deve incorporar o sentido de passagem para um novo modo de vida”. (JUNCA, 2007, p. 60)

E o modo de vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família é constituído no cotidiano em que vivem. E é no cotidiano que as possibilidades de transformação estão postas, e para haver transformações há que romper com o cotidiano alienado, o que é possível como já citado anteriormente neste trabalho, através da suspensão da cotidianidade, que significa refleti-la, analisá-la e contestá-la, fazendo com que a cotidianidade não seja controlada ou administrada.

O cotidiano administrado é aquele que não faz a crítica ao sistema de contradições, ou seja, ao sistema capitalista. Logo, em não fazendo a crítica ao sistema capitalista não faz a crítica ao cotidiano alienado. É através da crítica, da reflexão, da análise da contestação e da suspensão da cotidianidade que se faz possível a passagem para um novo modo de vida, que deve ser buscada através de uma identidade comum, contestando a situação de explorados na sociedade.

Veremos então a seguir o que almejam estas usuárias do Programa Bolsa Família, se esperam conforme disse a autora, a passagem de um novo modo de vida.

3.3.3 – As perspectivas do futuro

Buscou-se conhecer brevemente como foi o passado das três beneficiárias do Programa Bolsa Família; o presente destas, identificando o que alterou em seu cotidiano após inseridas no Programa Bolsa Família; e agora iremos conhecer o que estas almejam para o futuro, suas perspectivas, esperanças e sonhos.

F1 quando questionada sobre o que espera para seu futuro e de sua família, e o que aconteceria se deixasse de receber o benefício diz:

É, por isso que eu falo prá eles, têm que estudá, prá pelo menos ser alguém na vida, prá ajudá a gente né... por que o que nós tamo passando por eles né...eu quero que eles ajude nós quando nós precisa mais tarde né[...]e é através do estudo né, por que hoje em dia se não tivé o estudo né...é difícil cê vê,..assim mesmo tendo o estudo já é difícil né...(F1)

[...]há é difícil né. Pará de recebê a gente sabe que vai parar. Mas melhorá de vida, eu acho difícil...por que a gente não tem estudo prá gente podê trabalha, se tivesse assim, aí era mais fácil. E quando a gente pensa que não, mais os filhos casam, e daí adeus né...aí é mais difícil. (F1)

Percebe-se que F1 tem clareza sobre a falta que lhe faz os estudos, e não quer que os filhos passem por esta mesma necessidade. Por isso, incentiva-os para estar estudando, para que estes possam futuramente lhe ajudar, ou seja, como mesmo coloca Yazbek (1996, p. 22), “pela crença na felicidade de gerações futuras”. Porém, desacredita que possa melhorar de vida, de ascender socialmente. Além disso, tem medo que os filhos possam a abandonar futuramente.

Ao ser questionada, sobre a permanência do Programa Bolsa Família e sua ausência, as respostas foram:

Há, eu acho que deve por que tem muitas pessoas que não tem né, nem ondi mora, que paga aluguel e tem quatro, cinco filho, até mais, e como vai fazê uma pessoa dessa se não tem assim uma coisa dessa...e assim não, assim a pessoa sabe que quando chega aquele dia do mês têm aquele troquinho né.(F1)

Há aí é difícil né, por que, esse programa é uma boa ajudinha prá pessoas.(F1)

Novamente, como explicitado anteriormente, em seu cotidiano presente, a questão da ajuda marca presença. Não há uma clareza suficiente do direito deste benefício, o mesmo portanto, passa ser tratado como ajuda. Além disso, há uma segurança para esta, pois este complemento é recebido todo mês.

F2 quando questionada sobre o que espera para seu futuro e de sua família, respondeu o seguinte:

Um futuro bom né[...]um futuro bom, é a família crescer, ter um futuro bom, um serviço bom prá trabaiá, uma saúde...tudo de bom...(F2)

Ao ser questionada se espera deixar de receber o benefício e o que faria se este cessasse.

Não, nunca.[...] por que se corta como que eu vou fazer?[...] eu tô esperando assim...a minha menina com 15 anos corta o Bolsa Família, aí já tá grande, já pode trabalhá, já pode se virá...eu acho assim... (F2)

Por que a gente já tem esse dinherinho prá compra as coisa prá elas, ai se corta[...].ajuda demais, se corta vixe...a gente fica[...].fica faltando coisa prá crianças. Por que só ele trabalha, eu não trabalho... (F2)

Da mesma forma como F1, F2 também têm o benefício como uma segurança, para ela não há por enquanto uma saída, ou seja, não saberia o que fazer se não tivesse mais esta complementação em sua renda. A única saída que vê, é a dos filhos ajudarem através do trabalho.

Além disso, assim como as outras duas entrevistadas, reforça o caráter de complementação de renda, referindo-se à compra de alimentos, que até então não consumiam, bem como a possibilidade de adquirir roupas, materiais escolares, ou seja, como mesmo coloca Juncá (2007), “ingressam num mundo de consumo”, antes negado.

F3 ao ser indagada se o Programa Bolsa Família deve continuar, e se ele acabasse o que aconteceria com ela, esta respondeu:

Há eu acho que deve. Há por que do jeito que tá incentiva muita gente, muita criança estudá mesmo, por que né... tem uns que tem bastante dificuldade, por isso eu acho que incentiva bastante, incentivo muito...(F3)

Ai sei lá fazê o quê?Vai tê que por a piaçada trabalhá, ajudá também...arrumá um serviço prá eles....(F3)

E quando questionada sobre os estudos de seus filhos, a resposta foi a seguinte:

É, isso é a única coisa que eu falo prá eles, pego no pé mesmo, e vô mesmo, não deixo eles pará de estuda. É a única coisa que a gente pode oferecer prá eles é só o estudo mesmo, pego no pé deles certinho prá eles estudá, que nem eu falo prá eles, é a única coisa... aproveite, tem que aproveitá. (F3)

Há, se estuda bem...pode ser que melhora né, a única coisa que vale a pena é o estudo, a única coisa que vale a pena por que tem que corre de atrás, tem que fazê de tudo hoje, prá tudo quanto é coisa.(F3)

F3, ao ser questionada sobre o que espera para seu futuro e de sua família respondeu da seguinte forma:

Ah! o meu mesmo eu não espero mais nada. Quero só acabá de criar essa fiarada[...] num sei o que pode acontecer... melhorá, melhorá mesmo eu acho difícil. (F3)

Nota-se nas falas de F3 a desesperança de seu futuro, e que ascender socialmente é algo muito distante de seu cotidiano, já que como aponta Juncá (2007, p. 72), “o foco da atenção dos sujeitos encontra-se no valor monetário recebido e sua utilização imediata, suprimindo a urgência do hoje”, assim, recebendo um número sem fim de “ajudas”, os indivíduos vêem diluída sua condição de sujeitos de direitos, distanciando-se da condição de protagonistas nas relações sociais que estabelecem.

Enquanto recebem momentaneamente, repercute parcialmente o efeito, é uma segurança para estas famílias, é uma renda a mais que estas possuem, é uma forma de poder consumir o que antes não consumiam, mesmo que não supra todas suas necessidades. Porém, há uma dificuldade muito grande de projetarem algo para o futuro, há incerteza e desânimo quanto ao que virá.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos o presente TCC, partimos da problematização, que levou a pesquisadora a buscar os fundamentos teóricos para compreender o cotidiano, ou seja, a vida cotidiana em suas múltiplas determinações e, no caso deste trabalho, o cotidiano dos sujeitos desta pesquisa. Cabe aqui ressaltar que este conhecimento colaborou não só para a pesquisa em si, mais também colaborou profundamente na formação acadêmico-profissional, constituindo-se como base teórica à futura prática profissional.

Para dar materialidade aos usuários como sujeitos da pesquisa, fez-se necessário neste processo investigativo “dar vida”, “dar voz” a estes sujeitos, pois de acordo com o Código de Ética Profissional, constitui-se dever do Assistente Social contribuir para viabilização da participação efetiva da população usuária. Além de que, seus depoimentos são a prova viva de como realmente está sendo vivenciado o programa, a partir de seus relatos, e isso também é uma forma de avaliação dos programas sociais.

O fato de ter um contato prévio com cada uma das entrevistadas foi fundamental para o processo de investigação, pois neste foi passado todas as informações a respeito do trabalho a ser realizado, além de estar colocando para estas a importância de seus depoimentos para realização da pesquisa, e poder solicitar permissão para que esta pesquisadora pudesse adentrar em suas privacidades. Era previsto que no primeiro contato haveria dúvidas sobre o real significado da entrevista, percebeu-se inicialmente um certo receio das entrevistadas em passar informações sobre suas vidas, sobre o que pensam a respeito do Programa Bolsa Família. Uma delas (F3), no dia em que foi marcada a entrevista revelou que ficara com medo de ser bloqueado seu benefício, de perdê-lo, e que no dia em que o recebeu (após o primeiro contato e antes da entrevista), sentiu-se aliviada e mais segura em dar seu depoimento. Logo, novamente foi explicado a razão da entrevista e questionado se ela realmente aceitaria participar do processo.

É preciso questionar em que medida o Programa Bolsa Família altera o cotidiano das famílias beneficiárias. Observou-se a partir da pesquisa que este Programa, centralizando-se na extrema pobreza é focalista e ao mesmo tempo, proporciona uma melhora de qualidade de vida momentânea dos beneficiários, e insuficiente. Isso é evidenciado quando os sujeitos relatam a possibilidade de acesso a meios para a manutenção da família, porém o Programa acaba por apresentar um caráter imediato cumprindo parcialmente com a meta estabelecida, ou seja, o combate à pobreza e a desigualdade social.

Verifica-se que o Programa Bolsa Família mostra-se insuficiente pois as famílias recorrem a outros auxílios, sejam eles programas sociais, famílias ou de terceiros. Porém, mesmo que o programa supra o imediato das necessidades apresentadas pelas famílias, este

é considerado pelos sujeitos como uma segurança, uma complementação da renda que é fundamental, mesmo que insuficiente não é possível negá-lo.

Um fator agravante é que o benefício está condicionado a uma idade limite para permanência no Programa, que no caso é de até 15 (quinze) anos. Devido a isso, os sujeitos desta pesquisa demonstram a preocupação de, após esta idade excluídos do Programa, buscar alternativas de complementação da renda. Um fator presente nos depoimentos é o trabalho, isso nos remete a reflexão de que nesta fase da adolescência nem sempre o trabalho desenvolvido corresponde as garantias prevista no ECA, ou seja, que tenha caráter de aprendizado vinculado ao aspecto pedagógico, dando ao adolescente continuidade a frequência escolar e sendo compatível ao seu desenvolvimento, e que na maioria dos casos acaba prejudicando o ensino. As famílias entrevistadas trouxeram como perspectivas para um futuro melhor, o avanço de seus filhos no estudo, porém há uma contradição quando afirmam que após cessar o benefício, os filhos terão que contribuir na complementação da renda da família através de seu trabalho.

Cabe também ressaltar a falta de informações dos programas existentes no município, pois como mesmo revelou uma delas “é tudo meio escondido”. Estas não sabem o que o município oferece de programas sociais, e quando sabem superficialmente não os recorrem pois sentem-se envergonhadas, com receio de não conseguir pela seletividade que estes apresentam. Observa-se que os beneficiários ficam restritos à transferência de renda e não estão inseridos nas demais políticas setoriais como prevê a PNAS.

Essa questão nos leva a refletir o art. 4º, Inciso V da LOAS, onde está previsto a “Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão”. Há portanto que se investir em informação e divulgação dos programas existentes no município para que a população tenha mais acesso a estes, sendo que no Código de Ética do Assistente Social, em seu art. 5º é um de seus deveres, “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”.

Vale destacar um aspecto importante deste trabalho, que foi a devolução dos dados obtidos por esta pesquisadora às famílias entrevistadas. Estas famílias sentiram-se importantes e participantes realmente do processo. Além disso, neste dia foi feito o registro documental das entrevistas, que foi assinado pelas entrevistadas e pela pesquisadora.

No dia da apresentação dos dados às famílias observou-se que as mesmas estão passando por dificuldades. Na casa de F1 seu marido que é autônomo sem previdência havia feito uma cirurgia e portanto, impossibilitado de trabalhar. A pesquisadora então informou sobre os programas e projetos do CRAS onde esta família poderia estar procurando auxílio, e novamente F1 questionou: “Mas será que eu vou ser atendida?” Este

receio ainda permanece nesta família. Na residência de F2, sua filha que tem diabetes está cada vez pior, a doença está trazendo sérios sintomas para seu desenvolvimento e para sua saúde, e o remédio que necessita custa 3.000 (três mil) reais. Se esta família não possui condições nem mesmo de comprar os alimentos adequados e necessários para esta criança, quem dirá um remédio com valor tão elevado. F3 também apresentou neste dia que ela e seu filho deficiente estão muito doentes, sendo isso um agravante na hora de procurar um trabalho.

Diante do exposto, verificou-se que as famílias entrevistadas apresentam um cotidiano de subalternidade, que pela suas histórias de vida encontram-se muitas vezes limitados a fazer escolhas entre alternativas, sendo que o benefício ainda constitui para estas um “fim” e não um “meio” de alteração do cotidiano, marcado pela destituição de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APELL, Janete Alice. **Análise Institucional**. Projeto Formando Cidadão. Secretaria Municipal de Assistência Social. Uniãoeste. Toledo. Out, 1998.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 09 - 71.
- BORGIANNI, Elisabete. **Para que a Positividade Capitalista não triunfe sobre a razão: Estudo preliminar das contribuições de Gerorg Lukács**. PUC São Paulo: 1997. Dissertação de Mestrado do Curso de Serviço Social. p. 29 - 87.
- BRASIL. **Constituição Federal**, Código Penal, Código de Processo Penal/organizador Luiz Flávio Gomes: obra coletiva de autoria da Revista dos Tribunais-8.ed.rev., atual. E ampl.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- _____. Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providencias.
- _____. Lei nº 10.869 de 13 de maio de 2004. Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- _____. Decreto nº 5.749, de 12 de abril de 2006. Altera o caput do art. 18 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, dispondo sobre atualizações de valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, previstos no art. 2º, parágrafo 2º e 3º, da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.
- _____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.
- _____. Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.
- _____. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

- _____. **Lei da Regulamentação da Profissão.** Lei n° 8.662, de 07 de junho de 1993.
- _____. **Código de Ética dos Assistentes Social.** Resolução CFESS n° 273/93 de 13 de março de 1993.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social,** Versão Preliminar. Brasília, jun, 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia do Gestor.** Brasília, 2006.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social,** Brasília, nov, 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Disponível em : <www.mds.org.br>, acesso em: 19 de ago de 2007.
- CAMACHO, J.P.; FIDELIS, E.; MARCANTE, A.D.F. **Construção Aproximativa com o Campo de Estágio.** Curso de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste. 2006.
- CERQUIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil:** crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 21.
- FALCÃO, Maria do Carmo. Cotidiano: conhecimento e crítica. **O conhecimento da vida cotidiana:** Base necessária à prática cotidiana. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- FERREIRA, M.M.; ABREU, A. A. **Entre-vistas:** abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FIDELIS, E.; LAUTHER, P.; SANTOS, M.M.A.; MARCANTE, A.D.F. **A implantação do Centro de Referência de Assistência Social:** Experiência no município de Toledo. II Simpósio Regional de Formação Profissional em Serviço Social & XVI Semana Acadêmica. Unioeste, 2007.
- HEIN, Esther Luíza Lemos. **O Programa Bolsa Família no Contexto da Política Social Brasileira.** 2° Seminário Nacional, Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel: Unioeste, 2004

- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação Profissional**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 83-148.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Radar Social**. Brasília: Ipea, 2005.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**, caderno estatístico município de Toledo, disponível em: <www.ipardes.gov.br>, acesso em: 26 ago 2007.
- JUNCA, Denise Crysóstomo de Moura. Nas fronteiras da subalternidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**. N° 89 Mar 2007.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-67.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. **Para a crítica da vida cotidiana**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- RAICHELES, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 70-101.
- SILVA e SILVA, M.O.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G.D. **A política brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SITCOVSKY, Marcelo. As particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. Recife: Universitária da UFPE, 2006.
- TOLEDO, Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano municipal de Inclusão do Programa Bolsa Família**. Nov, 2006.
- _____. Lei n° 1.947 de 31 de julho de 2007. Altera a legislação que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura do município de Toledo.
- _____. Lei “R” n° 131 de 1° de dezembro de 2006. Institui o Programa “Benefício de Ensino Médio de Toledo” (Bem-Toledo)

_____. Lei n° 1.800, de 14 de julho de 2007. Dispõe sobre a estrutura e atribuições dos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Município de Toledo.

_____. Lei n° 1.771 de 23 de março de 1995. Altera a organização da Prefeitura do município de Toledo.

UNIOESTE-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-*Campus* de Toledo.

Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Serviço Social. Toledo,2004.

YAZBEK, Maria Carmelita: **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

ANEXO 1**Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 – Cria o Programa Bolsa Família**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 132, DE 20 DE OUTUBRO 2003.

Convertida na Lei nº 10.836, de 2004 Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o **caput** tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - "Bolsa Escola", instituído pela [Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001](#), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde - "Bolsa Alimentação", instituído pela Medida Provisória nº 2.206- 1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo [Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002](#), e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo [Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001](#).

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - benefício básico: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - benefício variável: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças entre zero e doze anos; e
- d) adolescentes até quinze anos.

§ 1º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I será de R\$50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda **per capita** de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda **per capita** de até R\$ 100,00 (cem reais).

§ 3º A família beneficiária da transferência básica a que se refere o inciso I poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II, observado o limite estabelecido no § 2º.

§ 4º A família cuja renda **per capita** mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 2º.

§ 5º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 1º e 2º, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica sócio-econômica do País e de estudos técnicos sobre o tema.

§ 6º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, na medida em que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 7º A parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo, será considerado como benefício variável de caráter extraordinário.

§ 8º O benefício variável de caráter extraordinário, de que trata o § 7º, será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deu origem.

§ 9º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 1º, nos casos de calamidade pública, decretada pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 10. No caso de crédito dos benefícios em conta-corrente eletrônica e simplificada, disponibilizada indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, caberá ao órgão responsável solicitar a reversão dos créditos ao Programa.

Art. 3º A execução do Programa Bolsa Família se dará de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, interlocução com instâncias de participação e controle social, bem assim a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família às dotações orçamentárias existentes.

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgão responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º O [art. 5º da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

....." (NR)

Art. 9º Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 10. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 11. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 12. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva